



FEE

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser



eese

**estudo sobre o
conceito de região**

Áurea Corrêa de Miranda Breitbach

PORTO ALEGRE, RS - N.13 - AGOSTO 1988

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pedro Simon
Governador

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Cláudio Francisco Accurso
Secretário



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Entidade de direito privado instituída pela Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973, destinada à execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e à elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional do planejamento estadual.

CONSELHOS:

PLANEJAMENTO:

Antônio Mário Pascual Bianchi
Dionysio Azambuja da Silva
Gaspar Albite Chuy
Eudes Antidis Missio
Antônio Ernani Martins Lima
Derbi Bordin
Milton José da Silva e Silva – **PRESIDENTE**

CURADOR:

Sérgio Rollo Guaranha
Armando Carlos Hennig
Eliana Donatelli Del Mese

DIRETORIA:

PRESIDENTE: Milton José da Silva e Silva
DIRETORA ADMINISTRATIVA: Maria Inácia Flor Reinaldo
DIRETORA TÉCNICA: Maria Heloisa Lenz

CENTROS:

ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS E PROSPECTIVOS: Octávio A. C. Conceição
ESTUDOS EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO: Gentil Corazza
MÉTODOS QUANTITATIVOS: Sérgio Fischer
DOCUMENTAÇÃO: Marilene Brunel Ludwig

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

estudo sobre o conceito de região

Áurea Corrêa de Miranda Breitbach

Coordenadora de Editoração: Sidonia T. Hahn Calvete

PORTO ALEGRE, RS – N. 13 – AGOSTO 1988

B835 Breitbach, Áurea Corrêa de Miranda.
Estudo sobre o conceito de região. Porto Alegre, Fundação de
Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

96p. (Teses, 13).

1. Economia regional. 2. Geografia econômica. 3. Geografia
social. 4. Planejamento regional urbano. 5. Sociografia. I. Título.
II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
III. (Série: Teses, 13).

CDU 330.191.4
911.3:33
308
711.28

Coordenação de Editoração: Sidonia T. Hahn Calvete

Tiragem: 600 exemplares

Toda a correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 – Porto Alegre – RS

CEP 90.010 – Fone: (0512) 25-9455

GOVERNO
PEDRO SIMON

*À minha amiga Clarisse.
Tão longe, tão perto, sempre.*

"Bilhete a Heráclito

Tudo deu certo, meu velho Heráclito,
porque eu sempre consigo
atravessar esse teu outro rio
com o meu eu eternamente outro . . ."

Mario Quintana
Do Caderno H

"A abstração não é um retorno do pensamento a ele mesmo para apreender sua própria essência (o sujeito racional), é uma 'démarche' exclusivamente experimental de investigação do concreto (as relações sociais historicamente determinadas). Daí decorre que os conceitos não são introduzidos de uma vez por todas a um nível dado de abstração. Eles são transformados pelo vai e vem que constitui a passagem do abstrato ao concreto no interior da teoria. Esta última nunca é elaborada totalmente, ela é sempre um devenir."

Michel Aglietta
Régulation et Crises du Capitalisme

AGRADECIMENTOS

Cabe registrar o meu reconhecimento pelo estímulo da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser que, como respeitável instituição de pesquisa que é, soube propiciar as adequadas condições para que este trabalho fosse executado.

Em termos de agradecimentos pessoais, seriam inúmeras as referências a fazer, abrangendo praticamente todas as pessoas que comigo conviveram durante esse tempo, fato que torna inviável a empreitada de nomeá-las individualmente. Assim sendo, gostaria de expressar meus agradecimentos especiais àqueles que tiveram uma influência direta sobre o trabalho desde a fase de formulação do projeto, quando pude contar com a contribuição da Professora Isaura Belloni Schmidt. Nas diversas fases de desenvolvimento do mesmo, foram decisivos os estímulos de Wrana Maria Panizzi e do Professor Gervásio Rodrigo Neves na fase inicial, sendo que nas várias etapas posteriores se mostraram sempre solícitos para dirimir dúvidas, sugerir bibliografia e mesmo ler e comentar partes do texto os amigos José Antonio Fialho Alonso, Otilia Beatriz Carrion, Gentil Corazza, Claudio Einloft, Rubens Soares de Lima e Pedro Fernando Cunha de Almeida. Cabe também um agradecimento especial à Professora Iara Regina Castello, por sua dedicação na orientação do trabalho. Contribuíram para o aperfeiçoamento do texto, na versão apresentada à banca, Ana Lúcia da Silva, como revisora, e Vera Morales Gauer, como datilógrafa, às quais apresento igualmente meus agradecimentos.

A presente dissertação foi defendida e aprovada em 17 de março de 1987, junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

A banca examinadora foi composta pelos Professores Iara Regina Castello, Gervasio Rodrigo Neves e João Rogério Sanson.

SUMÁRIO

RESUMO	11
RÉSUMÉ	13
APRESENTAÇÃO	15
1 – DELIMITAÇÃO DO TEMA	17
1.1 – A problemática	17
1.2 – O papel do conceito no conhecimento científico	19
1.3 – As concepções <i>convencionais</i> de região	26
1.3.1 – von Thünen	27
1.3.2 – Christaller	29
1.3.3 – Lösch	32
1.3.4 – Perroux e Boudeville	34
1.3.5 – Teoria da Base Econômica de Exportação	40
1.3.6 – Outras abordagens	41
2 – ESPAÇO E SOCIEDADE: O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA EM ESPAÇO SOCIAL	43
3 – A REGIÃO: FORMULAÇÕES AVANÇADAS	63
3.1 – Alejandro Rofman	63
3.2 – José Luis Coraggio	66
3.3 – Horacio Sormaní	71
3.4 – Alain Lipietz	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
BIBLIOGRAFIA	93

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apontar categorias de análise que permitam uma conceituação de região, entendida esta como uma realidade social integrada ao espaço.

Um conceito é um instrumento metodológico do conhecimento que expressa a essência do objeto; essência esta que, no caso tratado, revela as leis de movimento de uma realidade regional: sua origem, desenvolvimento e, eventualmente, seu desaparecimento.

São analisadas as concepções de região denominadas **convencionais** com o intuito de esclarecer a razão pela qual elas são insuficientes para atingir um conceito no sentido integral. Um ponto comum a todas elas é o enfoque do espaço como um substrato neutro sobre o qual "repousam" as atividades econômicas.

Estudam-se, também, as relações entre o espaço e a sociedade, fazendo uso do conceito de trabalho como mediação entre o homem e a natureza. É através do trabalho que o homem se humaniza e, em o fazendo, se aproxima da natureza, na medida em que o trabalho inclui um intercâmbio material com a natureza. Desse processo resulta também uma natureza sempre humanizada. Considerando o avanço das forças produtivas e o atual estágio tecnológico da humanidade, pode-se dizer que o espaço social se traduz por uma natureza cada vez mais humanizada.

O estudo das formulações **avancadas** busca resgatar, em diversos autores, uma noção de região que tem como pressuposto a inexistência de um espaço neutro, visando enfatizar a influência da sociedade sobre o espaço. Ao identificar as categorias básicas com as quais esses autores manobram, nossa análise concluiu pela importância dos conceitos de modo de produção, formação econômico-social e formação espacial.

Como conclusão, tratamos de enfatizar que o conceito de região não é um conceito unívoco no sentido de abranger toda e qualquer região de maneira uniforme, definindo ou descrevendo uma realidade fixa. O conceito de região, para ter um caráter substantivo, deve ser capaz de desvendar uma realidade, penetrando através de sua aparência. Assim, um conceito de região deve abarcar as noções de relação, contradição e processo, na medida em que a realidade regional nunca é estanque em si mesma, mas tece relações peculiares com as demais e com o todo (e também é

ela mesma palco de relações sociais). A noção de contradição é necessária para expressar o movimento dessa realidade, de vez que ela não é fixa e nem está, necessariamente, em equilíbrio.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette étude est de cerner les catégories d'analyse concernant le concept de **région**, ce dernier étant considéré comme une réalité sociale intégrée à l'espace.

Un concept est un instrument méthodologique de connaissance qui exprime l'essence même de l'objet. Dans le cas traité, cette essence est l'expression des lois du mouvement d'une réalité régionale: son origine, son développement et, parfois, sa disparition.

Au départ, sont analysées les conceptions de **région** dites "conventionnelles" dans le but de clarifier la raison pour laquelle ce type d'approche ne suffit pas à atteindre un concept dans le sens intégral. Les conceptions qui appartiennent à ce groupe ont comme trait d'union le fait de considérer l'espace comme une base neutre sur laquelle s'appuient les activités économiques.

Les rapports entre l'espace et la société sont aussi étudiés, le concept de travail étant considéré comme l'intermédiaire entre l'homme et la nature. C'est au moyen du travail que l'homme devient humain et, dans ce mouvement, il se rapproche de la nature dans la mesure où le travail suppose un échange matériel avec la nature. En conséquence, la nature, elle aussi, devient humaine. Ainsi, en considérant l'actuel état du progrès des forces productives et du développement technologique de l'humanité, il est possible d'affirmer que l'espace social se traduit par une nature de plus en plus humanisée.

Ensuite, l'étude des formulations désignées comme "avancées" envisage de mettre en évidence l'influence de la société sur l'espace. Elle cherche à identifier dans le travail de certains auteurs les notions de **région** qui ont comme prémisse la non-existence d'un espace neutre. En identifiant les catégories élémentaires manipulées par ces auteurs, l'analyse arrive à la conclusion que le rôle joué par les concepts suivants est essentiel: *mode de production*, *formation économique-sociale* et *formation spatiale*.

Dans la conclusion de cette étude il est souligné le fait que le concept de **région** ne peut pas être adopté comme un concept univoque, c'est-à-dire, comme un concept qui délimite n'importe quelle **région** d'une façon homogène, décrivant ou définissant une réalité immobile. Pour arriver à l'essence, le concept de **région** doit être capable de

dévoiler une réalité en allant au-delà de son apparence. Ainsi, un concept de **région** doit comprendre les notions de relation, de contradiction et de processus, dans la mesure où la réalité régionale n'est jamais refermée sur elle-même, mais elle engendre des relations particulières avec les autres réalités régionales et avec l'ensemble (étant elle-même la scène de rapports sociaux). La notion de contradiction est nécessaire pour exprimer le mouvement de cette réalité, sachant qu'elle n'est pas immuable et qu'elle n'est pas toujours en équilibre.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o conceito de região e busca realizar um esforço ordenado no exame de diversas abordagens sobre o tema, de modo a apontar categorias básicas de análise capazes de expressar o fenômeno regional em sua essência. Tal esforço se insere na tendência verificada atualmente de procurar um relacionamento mais estreito entre as ciências que tratam do espaço e as ciências que tratam da sociedade.

O plano geral de exposição do texto consta de três capítulos. O primeiro deles busca situar o conceito de região em seu contexto pertinente, delimitando a problemática, salientando a importância da formulação de conceitos e, ainda, apresentando algumas das concepções de região mais conhecidas.

No segundo capítulo, é feita uma discussão sobre a noção de espaço, que se constitui no ponto de partida fundamental para a elaboração de um conceito de região. Nele é tratada a relação entre espaço e sociedade, no bojo da qual se encontram o elemento natureza e a apropriação desta pelo trabalho.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre as formulações mais recentes a respeito do fenômeno regional, tendo sido escolhidos os autores mais significativos dentro do enfoque metodológico adotado no trabalho. O objetivo fundamental dessa parte é obter subsídios de argumentação para a seleção das categorias de análise que julgamos mais adequadas para o estudo de região.

É necessário salientar que a gama de autores que tratam do assunto é bem mais ampla do que a que foi abordada aqui, existindo para isso vários motivos. Um deles é a disponibilidade dos textos no momento da elaboração do trabalho. Com isso queremos dizer que, posteriormente ao trabalho feito, tivemos acesso a autores cujos conteúdos teriam, sem dúvida, grande significado no desenrolar de nossa argumentação. Tal é o caso, por exemplo, do livro de Paul Claval **Régions, Nations, Grands Espaces**. Por outro lado, há autores que não foram tratados porque suas abordagens não se adequavam perfeitamente às nossas necessidades. De vez que nosso escopo era examinar o conceito de região propriamente dito, não encontramos, em alguns autores, um exame específico nesses termos, embora tenham eles tratado de assuntos regionais, como é o caso

de Francisco de Oliveira em **Elegia para uma re(li)gião**, Ruy Moreira em **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil** e Rosa Maria Godoy Silveira em **O Regionalismo Nordestino**. Deparamo-nos, ainda, com alguns textos em que a questão do conceito era diretamente colocada, porém de forma tão sintética que não nos proporcionou elementos suficientes, como os artigos de Doreen Massey e Ann Markusen, bem como o livro de Roberto Lobato Corrêa.

De outra parte, convém esclarecer que traduzimos as citações retiradas de obras em língua estrangeira – mesmo correndo o risco de imperfeições – com o único intuito de evitar que uma alteração no idioma se constitua em quebra do ritmo de leitura do texto.

1 – DELIMITAÇÃO DO TEMA

1.1 – A problemática

Este trabalho tem o conceito de região como objeto de estudo. Seu objetivo é analisar e discutir os conteúdos de determinados conceitos de região, de modo a situar o pesquisador dentro do debate atual sobre o tema. Para tanto, procedemos à sistematização de algumas idéias de autores considerados mais relevantes com o objetivo de extrair os elementos comuns de suas análises e, com isso, formar um quadro geral de precondições para se proceder à abordagem da questão regional¹.

É importante dizer que não se trata de uma revisão geral de teorias existentes sobre a formação de regiões, mas partimos do princípio de que essa tarefa tem sido realizada de forma satisfatória, de modo que não é por aí que se concentram nossos esforços. A tarefa a que nos propomos é a de examinar especialmente um dos ramos em que se subdivide a "grande árvore" do pensamento sobre a questão regional: aquele que concebe a região como um espaço socialmente constituído, aquele que examina a unidade regional em suas relações com o modo de produção, aquele que não tem como preocupação fundamental e única delimitar rigidamente um território, mas compreender essa realidade à luz de sua dimensão histórica.

A importância do conceito de região pode ser examinada por dois ângulos diferentes: de um lado, a necessidade de precisar adequadamente o objeto de trabalho, principalmente quando se trata de atividades de planejamento regional; e, de outro, o papel dos conceitos no processo de desenvolvimento da ciência, na elaboração de teorias. Começamos pelo primeiro aspecto, sendo o segundo analisado no item 1.2.

¹ A expressão **questão regional** é utilizada aqui tão-somente para designar, de forma ampla e geral, o somatório de temas comumente denominados pelas expressões: regionalismo, regionalização, desequilíbrios regionais, conceituação de região e assuntos correlatos.

A imprecisão do conceito vem fazendo com que o termo **região**² seja utilizado largamente, tanto por economistas como por geógrafos, cientistas sociais, historiadores, etc., sem que seu conteúdo seja muito bem explicitado. Assim, utiliza-se a palavra **região** tanto para designar uma área onde se localiza certa atividade produtiva ("região da soja", "região da pecuária", etc.) como para uma área com determinadas relações de produção ("região de minifúndio") ou uma área com características geográficas específicas ("região da serra"), sem contar o uso corrente que é feito do termo **regional** para designar **estadual**. Implícito está, sempre, que se trata, antes de mais nada, de uma área territorial identificada por um elemento de cada vez, escolhido segundo um critério subjetivo, isto é, conforme a necessidade do pesquisador naquele momento. Essa utilização do termo **região** não atua no sentido de qualificar adequadamente a realidade estudada devido à sua imprecisão. Disso resulta que é possível a uma mesma área geográfica ser "classificada" em regionalizações completamente distintas, conforme o "critério" adotado, o que confere ao conceito de região o caráter nitidamente subjetivo anteriormente aludido.

É de nosso parecer que, ao contrário disso, a região é uma realidade objetiva, dotada de elementos que podem ser identificados e analisados, passível, portanto, de exame de acordo com procedimentos científicos adequados.

Por isso, empenhamo-nos no exame do conceito de região, movidos pela firme convicção de que é indispensável se proceder a um aperfeiçoamento desse conceito "(...) a fim de não cair no vício simplista de utilizar os termos sem uma idéia clara de seu significado, unicamente para tapar buracos e dar continuidade ao discurso", nas felizes palavras de Palacios (Palacios, 1983, p. 56).

No mesmo sentido, a pesquisadora inglesa Massey (1981, p. 77) reconhece que a análise regional, ao tratar das diferenciações espaciais, deverá investigar o fenômeno empírico com base em

"(...) algum método de síntese espacial e isto pode incluir a identificação de 'regiões'. Considerando que este é um pon-

² Na língua portuguesa, o vocábulo *região* comporta cinco acepções diferentes, sem contar as 18 expressões contendo essa palavra, de uso específico no Brasil, conforme Ferreira (1975). Dentre as acepções ali apresentadas, tomamos, para efeito de nosso trabalho, a que se refere à região como "(...) território que se distingue dos demais por possuir características próprias". A tarefa a que nos propomos dirige-se no sentido de examinar quais seriam essas "características próprias".

to central, há relativamente poucos debates sobre o 'conceito de região', seja em termos de sua possibilidade ou de sua natureza".

Enfocando a mesma problemática para a América Latina, Coraggio afirma que,

"(...) sem dúvida, o desenvolvimento correto da citada problemática requer um sistema de conceitos ordenadores que permitam organizar as investigações empíricas, interpretar seus resultados e reinscrevê-los numa contínua revisão das concepções teóricas pertinentes" (Coraggio, 1979, p. 1).

As conseqüências de uma utilização indiscriminada e subjetiva do conceito de região se fazem sentir, com muita ênfase, principalmente quando se trata de planejamento regional. Frequentemente, o conceito de região, subjacente a planos e programas normalmente disponíveis, não ultrapassa em muito as abordagens geográficas e administrativas no sentido estrito, quer dizer, a delimitação meramente territorial do espaço. Ora, tal noção não contempla a realidade social em seu conjunto, nem as relações dessa com o espaço, prejudicando a percepção da realidade e comprometendo a qualidade dos diagnósticos a partir daí elaborados. Os planejadores deparam-se, então, com a necessidade de "controlar" as desigualdades regionais num contexto capitalista, o qual, devido à sua própria natureza, as produz e reproduz sistematicamente, como condição essencial de sua sobrevivência. Frente a uma realidade que se impõe com firmeza, a percepção dos planejadores perde profundidade na medida em que eles não dispõem sequer de instrumentos teóricos adequados para a compreensão da realidade com a qual se deparam e na qual visam interferir.

Fica posta, portanto, a necessidade de ampliar e aprofundar o debate sobre o conceito de região, o que deverá ser feito num contexto multidisciplinar, de vez que, pela delimitação tradicional entre as ciências, não é possível tratar de assuntos relativos à espacialidade nos estritos marcos de uma delas somente.

1.2 – O papel do conceito no conhecimento científico

O segundo aspecto atinente à importância do conceito de região, conforme foi referido anteriormente, trata do papel dos conceitos na formação da teoria, ou seja, da necessidade de serem obtidos conceitos capazes de expressar a essência dos fenômenos. É considerando a trajetória do conhecimento científico como uma atividade humana sistemática

e organizada que trataremos, a seguir, de examinar o que vem a ser um conceito e qual a sua importância.

Ao mesmo tempo em que um dos objetivos da teoria é construir o conceito, este se constitui também parte integrante da teoria. Nesse duplo movimento, o aperfeiçoamento dos conceitos leva a uma maior aplicabilidade da teoria, a um avanço qualitativo na interpretação do real. A importância do aprimoramento dos conceitos é bem salientada por Grawitz³ ao afirmar que

"(...) a ambigüidade dos termos, tomados muitas vezes da linguagem corrente, coloca entraves ao investigador, que se acha justificado ao utilizar definições pessoais. Se cada investigador tem suas próprias definições, torna-se imperiosa a necessidade de definir os conceitos para que possam cumprir seu papel de agente de comunicação".

Como elemento indispensável a qualquer investigação, o conceito organiza a realidade, apontando as características distintas e essenciais dos fenômenos, constituindo-se num marco fundamental a partir do qual a teoria pode desenvolver-se. Ao se afirmar que o conceito expressa a essência do fenômeno, afirma-se, por conseguinte, que se procedeu a uma ruptura da aparência, quer dizer, a realidade fenomênica desvendou-se em realidade conceitual, essencial. Deve-se salientar, contudo, que essa "passagem" da aparência para a essência não deixa supor que haja uma separação definida entre ambas, de modo a torná-las duas partes estanques. Na verdade, o real é ao mesmo tempo a essência do objeto e a sua manifestação: não se trata de privilegiar a realidade de um dos aspectos no sentido de um ser mais legítimo do que o outro. O que há entre a aparência e a essência é uma relação íntima, necessária e contraditória, cabendo à ciência e ao pesquisador penetrarem nessa relação. Essa penetração, que é o processo de conhecimento, se dá através da manifestação fenomênica, na qual já está presente a essência, embora ainda não em seu grau de objetividade maior. A esse respeito, o seguinte texto de Lefebvre (1979) é bastante elucidador:

"Mas a manifestação, a aparência, faz parte da essência. Em muitos casos, ela pode ser a manifestação superficial da essência, que logo desaparece (...). Assim, a aparência, a manifestação, o fenômeno são um reflexo da essência, da realidade concreta, com tudo o que implica a palavra 'reflexo': algo fugaz, transitório, rapidamente negado e superado pela

³ As considerações que seguem se baseiam, em grande parte, na obra de Grawitz (1975, p. 332).

essência mais profunda. Assim, uma palavra, um gesto, um movimento da fisionomia de alguém ...

"Mas é precisamente assim que a essência, oculta dentro do fenômeno, vem refletir-se em nós e para nós. E nossa reflexão consiste em levar em conta esse fenômeno, para ultrapassá-lo e atingir - através dele - a essência. Assim, uma palavra, um gesto, um esgar de alguém me surpreendem; reflito sobre esse detalhe aparentemente insignificante. Se me ativesse à constatação imediata, a aparência nada mais seria, para mim, que uma aparência.

"Mas, refletindo sobre ela, atinjo, através dela - considerada como 'fenômeno' -, aquilo que é essencial ao indivíduo em questão.

"Desse modo, o movimento de nossa reflexão pode e deve reproduzir o movimento através do qual a essência se traduz, se trai, se reencontra em si mesma: mais rica, mais profunda que o fenômeno e, todavia, 'expressa' por ele.

"A 'expressão', não devemos esquecê-lo, ao mesmo tempo implica e dissimula, oculta e revela, traduz e trai o que ela expressa!

"A aparência e o fenômeno são, simultaneamente, um momento da essência e um momento da reflexão. A essência aparece na 'aparência'; e é aí que nossa reflexão a busca e a encontra. É em e pela pesquisa da essência que nossa reflexão se torna interior à coisa.

.....

"Essência e aparência, coisa e fenômeno, desse modo, convertem-se incessantemente um no outro; e isso ocorre na realidade, no pensamento e, finalmente, na prática, que sempre atinge novas coisas 'em si' e as obriga a manifestarem-se 'para nós'.

"Elas são unidas e são contraditórias. A essência, que nasce e se forma através de suas manifestações, também se esgota nessas mesmas manifestações. O que a faz viver é também o que a leva para a morte. (...) Para ser, a essência deve aparecer; e a aparência, a manifestação é, em realidade, o 'meio' através do qual a essência se realiza" (Le-febvre, 1979, p.217-19).

Nesse contexto, fica claro que a unidade contraditória entre essência e aparência significa que não há entre ambas uma identidade, mas

sim uma distinção que, por sua vez, é perceptível ao agente cognoscente. Do contrário, seria impossível o conhecimento.

Mesmo que em caráter não definitivo, a formulação do conceito só é possível porque a essência se dá a conhecer. Porém, como foi visto, o conceito não é o objeto em si, do qual em muito difere. O conceito é uma abstração, é um fruto da atividade pensante.

"É alcançado a partir do imediato, da impressão sensível e do conteúdo. Por um lado, a abstração abandona uma parte do conteúdo, reduzindo-o (pela análise) a um aspecto, a um elemento. Mas, por outro lado, o pensamento que se eleva do imediato ao conceito não se afasta do real, mas dele se aproxima. O conceito é um pensamento; para formá-lo é preciso superar o imediato, a aparência, e descobrir já a unidade essencial dos fenômenos, sua conexão, que não 'aparece' imediatamente. (...) O conceito é um produto mais elevado da atividade pensante" (Lefebvre, 1979, p. 223).

É preciso compreender, todavia, que o conceito não é *somente* um pensamento, de vez que, se o fosse, haveria uma radical subjetividade na formulação dos conceitos, de tal modo a inviabilizar a atividade científica. É importante lembrar que o conceito está conectado originalmente com a manifestação fenomênica, de vez que o movimento do pensamento para atingir a essência parte justamente dessa realidade. O conceito é, portanto, pensamento; mas um pensamento que expressa a essência do mundo real exatamente naquilo em que ele é mais real; por conseguinte, é concreto e objetivo. Ainda com Lefebvre, diremos que a "(...) formação de um conceito significa que se penetrou além do sensível imediato, da aparência, do fenômeno, num grau superior de objetividade" (Lefebvre, 1979, p. 225).

É claro que esta é uma tarefa complexa, que demanda muitos requisitos; não pode ser executada de uma só vez, nem o será de forma definitiva. Ela é o resultado de um permanente esforço de pesquisa que se desenvolve lentamente. Dito de outra forma, desvendar a essência expressa no fenômeno é tarefa permanente da ciência.

No que respeita ao objeto do presente trabalho — o conceito de região —, o que observamos é que o nível do conhecimento existente ainda não permite a formulação de um conceito propriamente dito, ou seja, se está ainda longe de atingir um "grau superior de objetividade" com relação ao fenômeno regional.

O estágio atual do debate sobre o conceito de região, no Brasil pelo menos, apresenta um número relativamente reduzido de contribuições. A grande maioria de trabalhos disponíveis sobre a questão re-

gional atêm-se a aspectos empíricos de uma forma geral. Na formulação de diretrizes para o planejamento regional, por exemplo, o conceito de região é suposto - não é discutido -, uma vez que é comum a região aparecer já delimitada territorialmente, geralmente em função de critério administrativo neste caso.

O desenvolvimento preferencial dos aspectos empíricos em detrimento dos teóricos, pode ter sido movido, portanto, pelas necessidades de planejamento que exigem, muitas vezes, critérios de regionalização. Esses critérios contêm sempre um conceito de região, que geralmente não é explicitado, deixando de lado, por conseqüência, a discussão dos aspectos de ordem teórica. Dito de outra forma, a necessidade de "conceituar" região, movida pelo requisito da delimitação de áreas físicas (regionalização), tende a levar a um procedimento reducionista do fenômeno regional. Premido pela necessidade empírica, tal procedimento se torna presa fácil de métodos meramente descritivos e quantitativos de abordagem da questão regional, prendendo-se a especificidades que, embora pertencentes à realidade, não se constituem em elementos propriamente explicativos dos fenômenos estudados, no sentido da busca da essência, mas são especificidades que apenas constataam a existência desses fenômenos. Nessas condições, os elementos empíricos assim utilizados funcionam como uma espécie de entrave à elaboração teórica.

É preciso deixar claro que o sentido dessas afirmações não é o de buscar o estabelecimento de uma ordem inversa à apontada, ou seja, algo como o **primado dos conceitos**, em que a obtenção de um conceito cristalizado e definitivo devesse preceder e condicionar toda e qualquer abordagem do real. O que estamos procurando é um conceito que seja capaz de acompanhar o movimento do real, para poder compreendê-lo adequadamente. Isso porque é de nossa convicção que o real tem como característica básica o movimento e que em tal condição deve ser apreendido. A construção de um conceito tem, pois, que acompanhar esse movimento, não precedê-lo. A utilização de conceitos cristalizados provoca um afastamento da realidade a ser conhecida.⁴

Neste ponto, cumpre salientar que a produção de conhecimento científico requer uma relação necessária entre o fenômeno empírico e a teoria. Quando falamos em relações, o que queremos dizer é que não se trata de priorizar o conhecimento empírico nem o teórico separadamente, mas de compreender ambos ligados num mesmo processo. Ao mesmo tempo em

⁴ O artigo de Massey (1981, p. 76) argumenta nesse sentido ao reconhecer que a análise regional, quando trata da forma complexa da variação espacial, não explicará adequadamente suas causas, se o ponto de partida for uma regionalização preestabelecida.

que a produção teórica não tem sentido quando desvinculada da realidade empírica, esta, por sua vez, não se revela inteiramente, em sua essência, sem o recurso da teoria. Em outras palavras, os estudos eminentemente empíricos só adquirem significado quando relacionados, de alguma forma, à teoria, o que equivale a dizer que o empiricismo, fechado em si mesmo, não se constitui em garantia de conhecimento efetivo.

A relação entre a formação da teoria e seu fundamento empírico nos remete à discussão do relacionamento que, por sua vez, se estabelece entre a atividade do pensamento e a realidade em sua manifestação concreta. Esse tema é importante para a produção científica porque ele trata das mediações existentes entre a teoria e a prática (esta entendida no sentido do dado empírico, da manifestação fenomênica, da concreticidade), mediações essas que revelam a dimensão em que a experiência concreta influi no processo do conhecimento científico.

O tipo de vinculação entre a prática e a teoria caracteriza-se, antes de tudo, por uma reciprocidade dinâmica entre ambas. O conhecimento é o resultado desse processo, no decorrer do qual o dado empírico e a teoria se unem e se complementam, ao mesmo tempo em que se negam mutuamente, proporcionando, com isso, avanços teóricos e transformações na realidade concreta. A produção teórica encontra-se, portanto, fundamentada na prática (e por ela enriquecida) na medida em que tem seu principal fator de desenvolvimento calcado nas demandas que a transformação da realidade concreta lhe coloca.⁵

Com isso acreditamos ter ficado esclarecido que a teoria à qual se alude aqui não é aquela proveniente do pensamento, em seu movimento espontâneo, subjetivo e autônomo (idealismo); nem aquela elaborada para justificar a realidade, constituindo-se num reflexo inerte desta (pragmatismo).

Considerada a relação entre a teoria e a prática como de reciprocidade dinâmica, fica posto também que a teoria, fundada que é em uma realidade em constante mutação, não pode se constituir num todo pronto

⁵ Um fator que também pode dar origem à produção teórica é a própria teoria, como desdobramento ou como negação de uma teoria preexistente, ou, ainda, como resolução de dificuldades ou contradições postas por outra teoria. Com isso se observa que as relações entre a prática e a teoria não são consideradas de forma mecânica e simplista, como se toda teoria se baseasse de modo direto e imediato na prática e, de outra parte, como se essa última falasse por si mesma, ou seja, fosse diretamente teórica, caracterizando um grande reducionismo.

e acabado.⁶ Dessa forma, o corpo teórico assim produzido não tem caráter definitivo, de vez que está sendo constantemente alimentado e alterado pela própria realidade histórica. A crítica e a reformulação são, portanto, caracteres imanentes à atividade teórica, podendo-se dizer que constituem seus instrumentos de trabalho.

A importância da atividade teórica está em que através dela é possível ao homem refletir sistematicamente sobre sua prática; é o que torna essa última uma atividade consciente, criativa, não se limitando à mera repetição de experimentos. A atividade teórica representa a compreensão da prática, donde se observa que a prática sem teoria fica fechada em si mesma, pois por si só ela não deixa transparecer a sua verdade. A prática, o dado empírico, precisa ser compreendido, precisa ter sua racionalidade revelada ao homem.

A teoria, através da abstração, permite perceber o que de essencial existe nos fatos e nos fenômenos, situando-os em seu contexto evolutivo, elucidando sua trajetória, percebendo seu sentido, sua razão de ser. De posse de características essenciais dos fenômenos, pode a teoria adiantar-se até em relação à prática, na medida em que "prevê" o rumo que pode tomar determinado fenômeno. É devido a essa capacidade que a teoria se constitui numa atividade importante para a transformação da realidade: assim ela pode avançar, ou ainda, "presentindo" o avanço da prática, pode propiciar as devidas condições, a nível da produção teórica, para a concretização desse avanço. Do contrário, ou seja, uma teoria que se limite a ser mero reflexo da prática não cumprirá essa função, pois se limitará a agir "a posteriori". Essa capacidade de "avançar" que a teoria tem é o que fica expresso quando se diz que a teoria tem a função de guiar a ação.

Partindo, então, da importância que tem a atividade teórica para a produção científica e do papel que nesse processo cumprem os conceitos, passamos a tratar, de forma sucinta, das principais correntes de abordagem sobre região que, direta ou indiretamente, contribuíram para a formação de um arcabouço teórico sobre o tema.

⁶ Essa idéia pode ser mal interpretada, levando à aceitação de uma incognoscibilidade do real, de vez que este se transforma tanto que o conhecimento perderia a validade. Daí resultaria que somente uma realidade estática seria passível de conhecimento. É claro que a interpretação assumida no presente trabalho não vai por esse caminho, mas, ao inverso, parte da mutabilidade do real, buscando um método de conhecimento que acompanhe as transformações imanentes a essa realidade, sendo capaz de captar as leis fundamentais de seu movimento.

1.3 – As concepções *convencionais* de região

Neste ponto, nosso objetivo consiste em traçar um quadro geral das concepções existentes, apenas para situar o presente trabalho, sem ter a preocupação de realizar uma exposição dos conteúdos das teorias de análise espacial. Vamos nos ater apenas àquelas que tratam de região e, para tal, lançaremos mão da classificação de Palacios⁷, que divide as contribuições ao estudo do conceito de região em dois grupos fundamentais: as formulações **convencionais** e as **avanzadas**.

O primeiro grupo caracteriza-se por trabalhar com base na abstração do sistema social que está na origem da formação regional e, com isso, formula leis de caráter universal, sem levar em conta o condicionamento histórico do objeto que pretende estudar. Dentro desse enfoque estão situadas a chamada Escola Alemã⁸ (von Thünen, Lösche e Christaller), a Escola Francesa (Perroux e Boudeville) e ainda a Teoria da Base Econômica de Exportação. Esse conjunto de teorias – que tem em comum um enfoque que abstrai a importância dos fatores sociais sobre a configuração espacial – participa da chamada **ciência regional**, sistematizada inicialmente por Walter Isard na década de 50. Conforme Palacios (1983, p. 59), trata-se

"(...) de um corpo conceitual que pretende ser numa síntese teórica dos segmentos das distintas disciplinas que convergem no estudo dos processos sociais que tem lugar em áreas específicas, de alguma maneira definidas como regiões. Teve sua origem no seio de uma corrente da mais pura tradição neoclássica, sendo seus autores predominantemente anglo-saxões. Tratando de elaborar um discurso puramente científico e neutro, os cientistas regionais dedicaram-se a desenvolver técnicas e modelos quantitativos e a aplicá-los no que ocorre nas regiões, fazendo abstrações do contexto social onde se faz a análise, assim como do momento histórico, a atmosfera, a estrutura política e o grupo étnico de que se trate".

Por seu turno, o grupo denominado **concepções avanzadas** caracteriza-se, em oposição ao primeiro, por considerar como ponto de partida de suas formulações a existência de um sistema social com determinantes

⁷ O agrupamento das concepções feito por Palacios (1983) parece ser o mais simples e o mais claro. Há, porém, diversas maneiras de proceder a uma subdivisão desse tipo. Convém consultar também a visão de Rofman (1974) sobre o assunto.

⁸ Para uma caracterização dessa Escola, ver Ferreira (1975, p. 33).

históricos. Esse grupo de concepções incorpora, como conseqüência desse ponto de partida, a noção de que o espaço não é um elemento neutro, independente em relação ao tipo de sociedade que ali se localiza. O sistema social, considerado em sua historicidade, está na origem das **concepções avançadas** de região, uma vez que o padrão de assentamento de um território está condicionado pelo tipo de relações sociais existentes no interior da comunidade humana que realiza esse assentamento. Sob esse enfoque básico, encontram-se formulações como as de Coraggio, Rofman, Lipietz, dentre outros, assim como as dos historiadores mexicanos Moreno Toscano e Florescano.

Nesta parte do trabalho, trataremos brevemente de algumas concepções dentre as chamadas **convencionais**, com a finalidade de proporcionar uma visão do encadeamento teórico que precede a discussão atual sobre o conceito de região. Por sua vez, as **concepções avançadas** serão examinadas com maior profundidade e preocupação crítica no Capítulo 3, uma vez que seus pressupostos teóricos guardam maior similaridade com os que foram adotados no presente trabalho.

As primeiras contribuições sobre a formação de regiões estão agrupadas na chamada Escola Alemã, cujos estudiosos não estavam explicitamente preocupados com o estudo de região, mas sim com os problemas locais da atividade produtiva. Mesmo assim, acreditamos que, vistas de um certo prisma, suas idéias podem ser consideradas como um ponto de partida para o estudo da formação de regiões.

1.3.1 – von Thünen

Ao formular seu modelo de localização agrícola, Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) tornou-se o pioneiro das teorias de localização das atividades econômicas. Antes dele, os estudiosos da economia não tinham preocupação com a dimensão propriamente espacial da produção, relacionada ao custo de transporte, distância do mercado, etc.

A teoria de localização agrícola de von Thünen expressa-se através de um modelo que consiste num estado isolado do resto do mundo, autônomo em relação à divisão internacional do trabalho, ou seja, que se auto-abastece. Trata-se de uma área circular plana, de homogeneidade física quase total, no centro da qual se localiza uma cidade que se constitui no único mercado para os produtos agrícolas. O centro é circundado por faixas de terra, cuja produtividade é homogênea para todas as culturas, e as condições de transporte são similares em qualquer ponto. O padrão tecnológico e os preços relativos dos produtos e dos fa-

tores são dados, o que assegura a existência de concorrência perfeita entre os produtores. A localização das unidades produtivas em determinados pontos dos anéis concêntricos será, então, função de dois fatores básicos que atuam em sentido contrário: a renda da terra e o custo de transporte. A renda da terra exerce uma função dispersiva das atividades produtivas na medida em que é menor quanto maior é a distância do mercado central. O custo de transporte, por sua vez, pressiona no sentido aglomerativo, exercendo a função de concentrador das atividades junto ao mercado.

Considerando os pressupostos do modelo e levando em conta que o objetivo da produção é obter a maior rentabilidade líquida, a localização das unidades produtivas dar-se-á nos pontos em que se verificar o equilíbrio entre a renda da terra e o custo de transporte. Tal equilíbrio é buscado por cada granjeiro em particular, de vez que o modelo considera inexistente qualquer interdependência locacional e qualquer tipo de economia de aglomeração. O somatório dos equilíbrios parciais será a base do padrão de localização. Esse é o mecanismo básico que von Thünen identificou para explicar o padrão de distribuição global de atividades agrícolas competitivas numa área geográfica.

A despeito da importância que a formulação de von Thünen tem devido ao fato de ser a primeira dentre as teorias de localização, há uma característica específica que adquire especial relevância no contexto deste trabalho. O modelo de localização agrícola de von Thünen tem a capacidade de expressar um nível de agregação que permite focalizar a distribuição espacial de múltiplas unidades produtivas em seu conjunto. Embora, como foi dito, o modelo desconsidere a interdependência locacional das firmas, o próprio ângulo utilizado pelo autor proporciona uma visão de conjunto das atividades econômicas num certo espaço.

Fazendo uso das considerações de Ferreira (1975, p. 153), observa-se que, devido a essa característica (nível de agregação), o modelo de von Thünen se diferencia radicalmente dos chamados **modelos clássicos de localização industrial**, que são elaborados a partir do ângulo particular da firma, no seguinte sentido: visam responder à questão referente à melhor localização para uma certa atividade produtiva. A teoria da localização agrícola de von Thünen, por seu turno, preocupa-se em estabelecer o que se deve produzir num certo local. Ou seja, a área é dada e o padrão de localização vai estabelecer o que será produzido nos diferentes pontos desse território.

Devido a isso, torna-se possível, a nosso ver, detectar a existência, embora de forma implícita, de uma certa noção de região no modelo de von Thünen. Por mais rudimentar que seja, essa noção parece existir na medida em que há numa nítida preocupação com o conjunto das ati-

vidades produtivas e também com as variáveis propriamente espaciais que influenciam nos custos de produção, ou seja, renda da terra e custo de transporte.

No caso de se proceder ao relaxamento de alguns pressupostos do modelo, principalmente os que se referem à inexistência de interdependência locacional e de economias de aglomeração, essa noção poderá adquirir um pouco mais de nitidez. Na verdade, a própria concorrência pela terra reflete um grau de interdependência entre as unidades produtivas que não pode ser desconsiderado. As economias de aglomeração, por sua vez, passarão a ter grande influência sobre os custos de produção, como, por exemplo, no custo de transporte, caso se construa uma estrada ligando uma das zonas periféricas ao centro da área.

1.3.2 – Christaller

A contribuição de Walter Christaller, geógrafo alemão, representa um avanço nas formulações teóricas referentes à problemática regional. Isso porque, ao se preocupar com os princípios de ordenamento que regem a distribuição espacial de núcleos urbanos em seu conjunto, Christaller trata não apenas das cidades propriamente ditas, mas também de seu entorno. Seus estudos foram desenvolvidos na década de 20 e início da de 30, culminando com a publicação de seu livro **Die Zentralen Orte in Süddeutschland**, em 1933.

Em sua obra, Christaller trabalha com conceitos bastante elaborados, como centralidade, região complementar e hierarquia que compõem os alicerces de sua Teoria do Lugar Central, cuja riqueza de desdobramentos até hoje em curso demonstra a importância do papel pioneiro desse geógrafo. Entretanto, o que nos interessa no momento é apontar aquilo que, na obra de Christaller, pode representar uma contribuição teórica à formulação de um conceito de região.⁹

Como o próprio nome diz, a Teoria do Lugar Central baseia-se na noção de centralidade que resulta da organização em torno de um núcleo. O princípio da formação do núcleo pode ser verificado na história da humanidade, uma vez que a vida comunitária parte da organização em torno de certos locais que vêm a se transformar em centros das futuras cidades.

⁹ Na execução dessa tarefa, foi tomado como base o livro de Ablas (1982).

Para Christaller, a noção de centralidade está intimamente ligada à função da cidade, que é a de se constituir no centro de uma região. Entretanto, o que caracteriza a centralidade não é unicamente uma posição geométrica no centro de um círculo, mas sim um conjunto de funções centrais, definidas num sentido mais abstrato. Trata-se da oferta de bens e serviços que tem necessidade de se localizar centralmente, como comércio, serviços bancários, administração pública, serviços culturais e religiosos, etc. A dispersão das atividades e da população é, por seu turno, uma característica do entorno, basicamente agrícola, do lugar central. Esse entorno se constitui na chamada região complementar que depende da cidade para adquirir aqueles bens e serviços de que necessita, fornecendo, por outro lado, à cidade alimentos, matérias-primas, etc. É importante perceber, nesse ponto do pensamento de Christaller, que ele se refere a um **conjunto** formado pela cidade e sua região complementar, salientando a interdependência necessária entre ambas.

Suas formulações fundamentam-se no princípio da racionalidade econômica, onde a situação mais adequada será atingida quando toda a demanda for satisfeita com um custo mínimo de deslocamentos, ao mesmo tempo em que a venda do bem ou serviço central resulte na renda líquida mais elevada possível para o ofertante. O padrão de distribuição da população na área vai determinar o volume total de bens consumidos, uma vez que o consumo de um bem central varia de acordo com a distância das pessoas do centro. Essa distância deverá ser expressa não em quilômetros percorridos, mas em custo de acesso, o que demonstra a preocupação de Christaller com as condições de tráfego na determinação do tamanho da região complementar.

O crescimento do lugar central deve-se a uma expansão da demanda por bens e serviços centrais mais do que proporcional ao aumento da população. A expansão dessa demanda pode ser estimulada por diversas forças, como **efeito demonstração** provocado pela alta densidade populacional, pela elevação do nível de renda pessoal, pelo grau de concorrência entre os produtores de bens e serviços centrais (estimulando a inovação técnica e reduzindo custos), bem como pelo nível de desenvolvimento cultural da população.

A conjugação dessas forças estimuladoras da demanda dos bens e serviços centrais, aliada às condições de tráfego, tem papel determinante sobre o desenvolvimento e a importância de um lugar central. A esses fatores, entretanto, Christaller adiciona outros, de natureza diversa, que concorrem de maneira indireta na formação do conjunto lugar central - região complementar. Podem ser de ordem geográfica - como a disponibilidade de recursos naturais, a topografia do terreno, o tipo de solo, as condições climáticas - ou histórico-social: herança histórica, nível cultural do povo, hábitos de consumo, etc.

Observa-se que a combinação desse conjunto de elementos influi de maneira diferente, produzindo níveis de desenvolvimento diversos entre vários lugares centrais. Reside aí a noção de ordem dos lugares centrais, o que provoca a existência de uma hierarquia entre eles, formando o que Christaller chamou de sistema de lugares centrais.

A ordem de um lugar central é determinada pelo número de tipos diferentes de bens que o lugar oferece ou pelo número de profissionais ou funções públicas que ali se encontram. A ordem do bem central, por sua vez, está relacionada ao raio de atendimento da demanda por aquele bem, a partir do lugar central, ou seja, sua área de mercado.

O conjunto de lugares centrais de diversas ordens, com suas regiões complementares de dimensões relativamente proporcionais à importância do lugar central, constitui o sistema de lugares centrais. Trata-se, portanto, de um modelo teórico, cuja estrutura geral está fundada no conceito de hierarquia baseado na abrangência das áreas de mercado. Essas áreas de mercado são superpostas de tal forma que um lugar central de determinada ordem domina um certo número de lugares centrais de diversas ordens inferiores.

É claro que, ao ser aproximado a uma realidade concreta, esse modelo teórico será premido a abandonar vários de seus pressupostos iniciais, o que, por sinal, não foi de todo desconhecido por Christaller (Abias, 1982, p. 55). Todavia o que nos cabe salientar nesse momento são os pontos em que ele contribuiu para o avanço teórico na problemática regional.

Parece-nos importante enfatizar que, na contribuição de Christaller, está sempre presente a noção de conjunto como uma soma de elementos que se relacionam entre si. Sua percepção de que a um centro urbano corresponde uma região complementar, e de que entre eles existe uma relação de dependência, constitui um importante passo para uma caracterização do fenômeno regional. Por outro lado, sua concepção de organização espacial demonstra uma preocupação de caráter totalizador no sentido de que busca elementos qualitativamente diversos a influenciar a distribuição territorial da população e das atividades. Embora reconheça a predominância do chamado princípio de mercado nesse processo, Christaller admite que pode haver alterações provocadas pelo princípio de tráfego (a existência de vias principais de tráfego) ou ainda pelo princípio da separação administrativa (a formação de distritos anteriormente à ocupação).

Outro ponto da contribuição de Christaller que nos parece importante resgatar é o significado de sua noção de hierarquia. Ela revela a existência de dominação de um lugar central sobre outro de ordem in-

ferior, fenômeno que pode ser verificado na prática, mesmo atualmente e em diferentes países do mundo. Além do que, essa noção de dominação nos parece de fundamental importância no estudo do conceito de região, principalmente no que se refere aos chamados desequilíbrios regionais.

1.3.3 – Lösch

A seguir, vamos tratar da contribuição de August Lösch (1906-1945) que manteve as idéias principais de Christaller¹⁰ e apresentou uma formulação mais sofisticada, tendo recorrido ao arsenal conceitual da teoria econômica. Em sua obra **Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft**, publicada pela primeira vez em alemão, em 1939 (seis anos após a publicação do livro de Christaller), Lösch trata de determinar a distribuição ótima das atividades econômicas no espaço sob o ponto de vista da máxima racionalidade: o padrão a ser seguido. Seu sistema de equilíbrio geral descreve de modo teórico as inter-relações de todas as localizações.

Para chegar a essa noção de conjunto, entretanto, Lösch parte da visão individual do problema da localização tanto do ponto de vista do produtor como do consumidor. Os pressupostos básicos de seu modelo incluem a existência de uma planície homogênea, onde as condições de transporte e os custos de produção são similares em qualquer ponto. Da mesma forma, a distribuição da população, bem como das matérias-primas, é homogênea sobre o espaço em questão, o qual deve ser inteiramente ocupado. Os consumidores têm gostos e preferências idênticos, sendo que aqueles que se localizam nas zonas limítrofes da área em questão serão considerados indiferentes aos dois produtores vizinhos em se tratando de adquirir bens de consumo.

¹⁰ Dentre os autores consultados para a elaboração desta parte do trabalho, verificamos que não há unanimidade quanto à antecedência de Christaller sobre Lösch. A afirmação discrepante diz respeito a Rofman (1974), que afirma ser o enfoque teórico de Lösch completado com o aporte de Christaller (Rofman, 1974, p. 28) e também que "(...) o ponto de partida de Christaller é a conclusão de Lösch" (Rofman, 1974, p. 29).

Em contrapartida temos, por exemplo, o texto de La Torre (1974), no qual está expresso que "(...) Lösch continuou desenvolvendo a teoria do lugar central de Christaller". Ainda nesse sentido, temos as afirmações decisivas de Luiz Augusto Ablas, na obra citada, onde, na página 64, se encontra a seguinte frase: "No entanto, para quem conhece as duas obras [de Christaller e de Lösch] parece incontestado que Lösch tenha-se baseado, ao menos nas idéias principais, no trabalho de Christaller, pois ele mesmo demonstra a sua admiração por esta última ao fazer um comentário em sua obra na qual ele classifica o trabalho de Christaller como 'admirável'."

O espaço configurado a partir desses pressupostos se constitui numa **área de mercado**, espacialmente monopolizada por um único produtor de um bem específico. Matematicamente, Lösch demonstra que cada **área de mercado** deverá assumir a forma hexagonal, de vez que esta permite o maior número de vendas possível, satisfazendo a todos os consumidores com menor fricção da distância. A localização ótima é função das diferenças espaciais de oferta e demanda, de tal modo que o produtor obtenha maior lucro e o consumidor possa abastecer-se a preços os mais baixos possíveis.

Esse mecanismo funciona da seguinte maneira¹¹: há um território a ser abastecido com os produtos de uma unidade de produção e a quantidade de bens a ser vendida é função direta do preço. O preço, por sua vez, altera-se em função do custo de transporte (distância). Isso significa o limite do mercado. À medida que decrescem os custos, caem também os preços, de modo que a linha limítrofe se desloca, ampliando a **área de mercado**. Esta reduzir-se-á quando, por exemplo, uma unidade de produção deseja ampliar seu mercado, abastecendo outras áreas de consumo além da sua. Nesse caso, os custos de transporte elevarão os preços de venda devido ao aumento da distância entre produtor e consumidor. O aumento do preço do produto exercerá um efeito decrescente sobre a demanda, reduzindo então a **área de mercado**.

Sendo esse o mecanismo teórico em que Lösch fundamenta seu modelo de localização, o autor dá-se conta de que, em realidade, o ponto de vista de uma única unidade econômica não esgota a problemática locacional. Lösch reconhece que os produtores de bens similares ou complementares mantêm uma estreita relação quanto à localização. Em um mercado de livre competição, a situação monopólica que é adotada como hipótese não tem condições de perdurar muito tempo, pois o estabelecimento de um produtor concorrente numa certa **área de mercado** vai alterar aquelas condições iniciais.

Dessa forma, levando em consideração a interação de diferentes fatores, Lösch formulou sua teoria de equilíbrio geral. Ao introduzir a superposição de mercados múltiplos de diferentes bens e de tamanhos diversos, criou a rede de áreas de mercado, cujos centros de produção de bens estão interconectados entre si por meio da rede de transporte. A idéia de rede de áreas de mercado traz consigo a noção de aglomeração, ou seja, a superposição de diversas redes leva à coincidência dos

¹¹ Esta explicação se baseia em La Torre (1974).

núcleos de oferta com maior demanda, valorizando, com isso, alguns centros produtivos em detrimento de outros.¹²

A despeito do fato de que não é nossa intenção fazer uma analogia entre as formulações de Christaller e Lösch, não se pode deixar de observar que há uma grande semelhança entre elas, principalmente em termos de princípios básicos e de conclusões. É inegável que Lösch, ao adicionar sofisticação à análise com o detalhamento dos mecanismos econômicos que atuam na localização, concedeu maior rigor e até, segundo alguns autores, tornou sua formulação mais elegante e precisa. Todavia, ao fim e ao cabo, seu trabalho, tendo partido da Teoria do Lugar Central de Christaller, não lhe permitiu ir muito além em termos de conteúdo.

No que respeita especificamente ao nosso tema, a formulação de Lösch contém uma noção de região implícita em sua **área de mercado**. Trata-se, entretanto, de uma noção baseada em inter-relações de forças puramente econômicas, umas agindo no sentido da dispersão, outras a favor da concentração.

1.3.4 – Perroux e Boudeville

Seguindo nossa perspectiva de apresentar uma resenha das principais contribuições no sentido da conceituação de região, passamos agora a tecer comentários a respeito da teoria dos pólos de crescimento, apresentada por Perroux.

François Perroux foi um dos poucos economistas europeus do pós-guerra que se dedicou à análise das atividades econômicas relacionadas ao espaço, tendo provocado, a partir de suas constatações sobre pólos de crescimento, um debate bastante amplo e disseminado sobre o assunto. Esse debate apresenta desdobramentos que conduzem à abordagem da questão regional, situando-se aí nosso interesse em examinar brevemente a contribuição de Perroux. Seu ponto de partida reside na conceituação de espaço econômico que se origina da crítica ao chamado espaço geonômico (tridimensional) ou espaço vulgar.

¹² Nesse ponto, fica explícita a analogia com Christaller, na medida em que a rede de áreas de mercado nada mais é do que o sistema de lugares centrais com suas respectivas regiões complementares, alicerçado na noção de hierarquia, como foi visto anteriormente.

"O espaço geonômico é definido por relações geonômicas entre pontos, linhas, superfícies, volumes. Os homens e os grupos de homens, as coisas e os grupos de coisas, economicamente caracterizados **por outro processo**, têm aí o seu lugar; são suscetíveis de localizações geonômicas que resultam de causas e originam conseqüências econômicas" (Perroux, 1967, p. 149).

Dentro dos limites do conceito geonômico de espaço, a localização da firma, segundo Perroux, não fica satisfatoriamente estabelecida, de vez que, além do assentamento físico da planta (máquinas, prédios, equipamentos, mão-de-obra, etc.), há que se considerar que o mesmo estabelecimento pode ser formado por partes não contíguas e, ainda, que a produção depende também de corrente elétrica e dinheiro no banco, por exemplo. Está, portanto, contida na crítica de Perroux a necessidade de que o espaço econômico contemple a noção de **fluxo**, de relação. Nas suas palavras, os espaços econômicos "(...) definem-se por relações econômicas estabelecidas entre elementos econômicos" (Perroux, 1967, p. 149)).

A análise de Perroux segue identificando três tipos de espaços econômicos: como conteúdo de um plano, como conjunto homogêneo e como campo de forças.

O espaço como conteúdo de um plano é definido como o

"(...) conjunto de relações estabelecidas entre a empresa e, por um lado, os fornecedores de 'input' (matéria-prima, mão-de-obra, capitais) e, por outro lado, os compradores de 'output' (compradores intermediários, compradores finais). O espaço econômico considerado foge, por conseguinte, a qualquer possibilidade de representação cartográfica" (Perroux, 1967, p.150).

Quanto ao espaço como conjunto homogêneo, fundamenta-se no fato de que

"(...) a empresa tem uma estrutura mais ou menos homogênea em relação à das empresas que, topográfica ou economicamente, são suas vizinhas. Depois, a empresa existe num espaço onde reina, em maior ou menor grau, uma unidade de preço" (Perroux, 1967, p.152).

A terceira abordagem do espaço econômico, ou seja, como campo de forças, consiste na mais importante, porque dá lugar à noção de pólo de crescimento, conceito-chave em Perroux. Em suas palavras,

"(...) como campo de forças, o espaço econômico é constituído por centros (pólos ou sede) de emanação de forças centrí-

fugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsa, tem o seu próprio campo, que é invadido pelos campos de outros centros. Sob esse aspecto, um espaço vulgar qualquer é receptáculo de centros e pontos de passagem de forças. (...) Nesse processo, determina-se a zona de influência econômica, ligada ou não à zona de influência topográfica" (Perroux, 1967, p.151 e à p.231: visão integrada dos três tipos de espaço).

A preocupação principal de Perroux, através da identificação de pólos de crescimento, é demonstrar que a expansão econômica não se dá de maneira equilibrada e homogênea, como propunham os modelos de equilíbrio estático (G. Cassel) e circuito estacionário (J. Schumpeter).

"O fato, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia" (Perroux, 1967, p.164).

A idéia de diferenciação no ritmo da expansão econômica é expressada espacialmente através do conceito de pólo de crescimento, do relacionamento entre diferentes pólos entre si, da sua interação funcional com o resto do sistema produtivo. O pólo de crescimento é o local onde está situada a chamada empresa motriz que é aquela que tem capacidade de induzir à expansão ou à retração um conjunto maior de atividades, aquela que apresenta taxas de crescimento do produto mais elevadas do que a taxa média do produto nacional. Perroux parte da constatação de que esse tipo de empresa (ou grupo de empresas) tem condições de exercer um efeito propulsivo na atividade econômica. O surgimento de uma indústria motriz altera todo o quadro de referências anterior: a tendência a inserir inovações técnicas no processo produtivo tem um efeito estabilizador, na medida em que suscita um acréscimo de produtividade. Perroux vai um pouco mais além ao reconhecer que

"(...) a alteração das características técnicas e econômicas das **funções** provoca alterações das características jurídicas e políticas das **instituições**. Como tais influências não se exercem unicamente, nem mesmo principalmente, 'ex post', **não há nestas conexões seqüências de sentido único, constantes e necessárias**" (Perroux, 1967, p.170).

Em meio a esse processo de crescimento na desigualdade, pode-se observar que está presente a idéia de dominação, no sentido de que o desenvolvimento vai se dar às custas de uma diferenciação de influências, ou seja, as atividades principais vão dominar, com sua racionalidade própria, as demais atividades, provocando um quadro heterogêneo.

Com esse enfoque, baseado na noção de pólo de crescimento, Perroux chega a elaborar algumas considerações sobre região, quando trata da empresa motriz e da região motriz (Capítulo V, da obra citada). Suas formulações indicam que a região seria a área de influência de um pólo de crescimento, ou seja, a localização de um conjunto de atividades, com suas relações, seus fluxos, suas subpolarizações. Ao se preocupar em descrever sistematicamente uma região, Perroux afirma que

"(...) devemos dizer precisa e metodicamente aquilo em que ele *não é um espaço economicamente homogêneo, segundo o modelo típico de concorrência perfeita*. Essa descrição revela necessariamente unidades desiguais, que *não se interadaptam umas às outras sob a pura e simples lei do preço, mas se interinfluenciam e modificam entre si; determinadas unidades exercem sobre outras influências assimétricas, isto é, modificam os preços, fluxos e antecipações das outras, sem que a inversa seja verdadeira; tais influências são de expansão ou de paralisação (refreamento); permitem entrever o papel das unidades motrizes (empresas ou grupos de empresas) que haverá de explicitar e que registrará as 'polarizações' de determinada região*" (Perroux, 1967, p.221).

A atuação da empresa motriz torna-se, nesse raciocínio, o principal foco de análise da região. Partindo das hipóteses de que a região está isolada e fechada, sob a influência de um poder público local, Perroux toma um modelo em que não é importante a dimensão física, o espaço geográfico, mas a importância econômica da firma motriz.

"A especificação da empresa motriz resulta efetivamente da dimensão dos fluxos de oferta de produtos e de procura de mercadorias e serviços da grande empresa **em comparação** com a dimensão dos fluxos de todas as restantes unidades econômicas do espaço considerado" (Perroux, 1967, p.223).

A ação da firma motriz dá-se, basicamente, por intermédio da antecipação e da inovação. A antecipação seria uma decisão de alterar o volume da produção em função da previsão das variações da procura global. Quanto à inovação, esta consiste em fazer variar os coeficientes técnicos de produção através de uma sofisticação tecnológica de alguma ordem.

A visão de Perroux, como se vê, concede grande importância ao papel da empresa motriz; entretanto, sua ótica não é exclusiva nesse sentido, pois contempla também outras influências no âmbito da região. Ele identifica aquilo que denomina três dinâmismos do crescimento (população, inovações, instituições) como um conjunto de fatores que podem provocar efeitos independentemente da ação exercida pela grande empresa. Num

conjunto de regiões, as modificações provocadas pelo crescimento da população, pelo progresso técnico e por transformações das instituições não se repartem igualmente. Há, portanto, especificidades regionais que determinam desigualdades no crescimento econômico espacialmente localizado.

Um aspecto que nos parece importante nesse contexto é o papel que Perroux atribui às inovações técnicas relacionadas à disponibilidade de recursos naturais, fator alheio à atuação planejada da empresa motriz.

"Tendo em conta que cada região possui um recurso natural potencial e cada época contém em si a inovação que transforma o recurso potencial em recurso efetivo, cada região é sucessivamente impulsionada pela inovação **que lhe diz respeito**" (Perroux, 1967, p.232).

Frente a essa capacidade heterogênea de crescimento das regiões, Perroux identifica a existência de uma **região motriz** que tem um comportamento profundamente similar ao da empresa motriz, anteriormente descrito. Seu raciocínio indica que uma região é motriz, frente a um conjunto de regiões que constituem a nação, quando a resultante líquida dos efeitos de atração e repulsão, exercidas sobre as demais, aumenta de modo duradouro a taxa de crescimento do consumo e investimento globais.

No que respeita propriamente a uma conceituação de região, é preciso reconhecer que Perroux não avançou muito com sua teoria de pólos de crescimento. Entretanto suas idéias encontraram terreno fértil sob muitos outros aspectos que não serão analisados aqui. No momento, cumpre ressaltar a contribuição de Jacques Boudeville que se constitui num desdobramento das idéias de Perroux e que consegue avançar um pouco mais no sentido do nosso tema.

O papel de Boudeville consiste em ter explicitado uma tipologia de regiões a partir da tríplice noção de espaço econômico apresentada por Perroux. Assim, temos uma conceituação mais elaborada que abrange três tipos de região: a região homogênea, a região polarizada e a região plano (ou região programa).

A **região homogênea**, na percepção de Boudeville (1973), é a mais simples e a mais conhecida dos geógrafos. Consiste num "(...) espaço contínuo, cada uma de cujas partes constituintes apresenta características tão semelhantes quanto possível às da outra" (Boudeville, 1973, p.13). Esse tipo de região é inspirado num estudo morfológico que serve como instrumento estático de análise. As regiões que mais facilmente podem se adequar a esse conceito são as de base agrícola devido à continuidade, à homogeneidade e à ausência de desequilíbrio, características componentes desse tipo de região.

Em segundo lugar, e em oposição à região homogênea, Boudeville apresenta a **região polarizada** que se define como "(...) um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si, e particularmente com o pólo dominante, um intercâmbio maior do que o estabelecido com a região vizinha" (Boudeville, 1973, p.14). Estão, portanto, presentes as noções de interdependência e de desigualdade, nesse conceito, em estrita correspondência com as idéias de Perroux já apresentadas. A região polarizada expressa-se num meio urbano em que as atividades industrial e comercial preponderam e irradiam fluxos de troca de bens e serviços com o campo e cidades satélites que se encontram sob a influência do pólo.

A chamada **região plano**, terceira na classificação de Boudeville, constitui-se num

"(...) espaço contíguo de uma mesma decisão, como as filiais dependem de uma matriz. Representa um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade, sediada ou não na região, a fim de que seja atingida uma meta econômica determinada" (Boudeville, 1973, p.17).

A região plano apresenta uma especificidade em relação às duas anteriores, que é a de se constituir num resultado do arbítrio, algo deliberado; é um conceito cujas características não são provenientes da realidade em si, pois ele não visa interpretar, descrever ou compreender essa realidade. O conceito de região plano tem um caráter operacional que expressa um espaço submetido a uma decisão.

Conforme se observa, os desdobramentos de Boudeville aproximam um pouco mais a teoria dos pólos de crescimento de Perroux do tema tratado neste trabalho, embora seja necessário reconhecer que tal aproximação apresenta algumas limitações.

Mesmo sem a intenção de criticar a teoria dos pólos de crescimento em seu conjunto¹³ — tarefa descabida frente a nosso propósito —, não se pode deixar de observar que a preocupação básica que permeia todo o pensamento de Perroux é a análise do comportamento das entidades econômicas (basicamente industriais). Mesmo que de início ele introduza a variável espacial, ao reconhecer que o espaço econômico é diferente do que chamou de espaço vulgar, essa preocupação parece ter sido abandonada posteriormente, tendo se restringido à análise do processo econômico propriamente dito.

¹³ Para uma avaliação crítica mais geral da Teoria da Polarização, sugere-se consultar: Andrade (1977), Coraggio (1972) e Lasuen (1975).

O conceito de região que pode ser apreendido dessa abordagem não chega a contribuir significativamente para uma concepção integrada desse objeto, ou seja, não ficam melhor definidas ou qualificadas as relações entre as determinantes espaciais da atividade econômica e as determinantes puramente econômicas do processo. A pretensão da teoria dos pólos, a nosso ver, é de outra ordem: ao mesmo tempo em que se constitui numa descrição interpretativa do processo econômico efetivo, tem também um caráter normativo, qual seja, o de promover o crescimento econômico em regiões "atrasadas". Nesse caso, duas das concepções de região apresentadas – polarizada e plano – serão reunidas numa só que será um objeto de planejamento.

Em resumo, podemos dizer que, no contexto geral da evolução das idéias sobre a problemática regional, a chamada Teoria da Polarização não logrou efetuar propriamente um salto qualitativo. Basta ver que, mesmo dentro da limitada gama de autores tomados para efetuar essa breve resenha, François Perroux não sobressai por originalidade. Suas constatações sobre a polarização, as relações de dominância que se configuram entre o pólo e seu entorno, a existência de subpólos, etc. estão presentes de forma clara nas elaborações de Walter Christaller, apresentadas anteriormente. A semelhança das idéias de Perroux com a Teoria do Lugar Central vem à tona quando se relembra que esta já contemplava a noção de centralidade como intensidade de fluxos de bens e serviços entre a cidade e sua região complementar. A noção de rede na hierarquia dos lugares centrais, por sua vez, expressa a existência de regras de dominação entre regiões. É claro que essa analogia é viável apenas do ponto de vista que nos interessa, ou seja, da análise da distribuição espacial das atividades econômicas. O risco de incorrer em inconsistência surgirá se for tentada uma extensão de tal analogia para as duas teorias **como um todo**, o que, é claro, não constitui nosso propósito.

1.3.5 – Teoria da Base Econômica de Exportação

Pelo que podemos apreender do que foi até agora exposto, as abordagens da questão regional não têm apresentado uma noção explícita de região que possa ser identificada como um conceito. A despeito disso, é possível perceber que existe implicitamente uma noção de região em todas essas concepções. Tal é, também, o caso da chamada Teoria da Base Econômica de Exportação.

Mais preocupada em examinar o crescimento de uma região do que conceituá-la propriamente, a Teoria da Base parte do princípio de que há uma dotação de recursos naturais determinada para diversas porções de

superfície terrestre. Em consequência, cada área apresentará uma tendência a especializar-se na produção de bens relacionados ao tipo de recursos disponíveis. O fator básico de crescimento de uma região está no crescimento de suas atividades de exportação e, para tanto, é necessário que haja expansão da demanda externa à região. Desse modo, as diversas regiões praticam um intercâmbio comercial com a finalidade de suprir seus mercados daqueles bens que não são produzidos localmente. As atividades básicas de exportação têm a capacidade de gerar um efeito multiplicador local, incentivando as atividades comerciais e de serviços da região. Com esse conjunto de mecanismos, a Teoria da Base supõe que a região atinge um crescimento auto-sustentado.

A par do excesso de simplicidade dessa teoria¹⁴ que divide a economia mundial em dois componentes: "a região" e "o resto do mundo", observamos que há nela uma imprecisão muito grande em relação ao que seja a região. Supõe-se que "a região" é aquilo que **não** é "o resto do mundo", ou seja, fica definida por exclusão. Na verdade, fica difícil resgatar da referida teoria algum elemento significativo para aproximarmos-nos de um conceito de região.

1.3.6 – Outras abordagens

Além desse conjunto de enfoques que, de uma forma ou de outra, enfatizam os aspectos econômicos da problemática regional, convém lembrar a existência de outras abordagens que consideram a predominância de aspectos de outra ordem, não relacionados diretamente com o aparelho produtivo. Citam-se como exemplos: a noção de influência de redes de transporte ou de seus pontos terminais; de serviços de infra-estrutura social ou equipamentos coletivos (escolas, postos de saúde, centros de lazer, etc.); ao lado da identificação de regiões, segundo fatores político-administrativos. Nesses casos, "(...) o sistema econômico-social é fracionado em infinitas partes, e uma delas é selecionada para identificar a região" (Rofman, 1974, p.38).

Há que considerar, por outro lado, toda uma gama de estudos e teorias a respeito de região ligados mais aproximadamente à disciplina da Geografia, que levam em conta, com maior especificidade, os aspectos espaciais, físicos propriamente ditos. Nessa linha, uma das noções correntes é a de "paisagem", que se baseia na noção de homogeneidade de de-

¹⁴ A esse respeito, ver Richardson (1975, p. 326 e seg.).

terminados espaços, ou seja, de similaridade de características físicas dominantes que caracterizariam uma região.

Uma evolução dessa noção levou ao conceito de "paisagem humanizada", atinente ao ramo da geografia humana que pretende levar em conta os aspectos das relações do homem com a natureza. Ainda assim, essa abordagem apresenta limitações, principalmente no que tange à tendência ao subjetivismo que ela encerra. Conforme crítica de Sormani (1977) "(...) o subjetivismo aparece quando se trata de avaliar o papel que desempenham certos elementos naturais como delineadores de uma região". Uma extensão dessa tendência levou alguns estudiosos a considerarem a região como uma mera construção intelectual, destinada a facilitar o trabalho do investigador na medida em que este tende a selecionar certos caracteres que julga relevantes para seu estudo, deixando de lado os que não apresentam interesse direto.

Tanto para geógrafos como para economistas e outros pesquisadores afins que compartilham — no todo ou em partes — das concepções acima, a noção de região fica atrelada a uma noção fundamentalmente empírica de espaço:

"(...) um 'continente' que se dá por existente, no qual vêm 'inscrever-se' os objetos descritos. (...) É a relação empírica de um continente com um conteúdo: há espaço e nele se desenvolvem coisas. Pode-se tratar de descrever essas coisas (o espaço ocupado por essas coisas), ou descrever este espaço (o uso desse espaço pelas coisas)" (Lipietz, 1979, p.18-9).

A discussão sobre as concepções de espaço será levada a cabo, com maior profundidade, no capítulo seguinte, pois julgamos ser este um ponto de partida essencial para tratar da região. Por ora, basta situar, dentro de um grande plano, as linhas gerais das concepções correntes, de modo a precisar melhor a postura interpretativa deste trabalho

Busca-se, então, a partir da crítica das concepções "empíricas" (Lipietz), um enfoque que permita levar em conta as relações entre a organização social e a configuração espacial. De vez que o espaço não se constitui num suporte neutro, um mero reflexo da atividade humana, é preciso resgatar a relação entre a forma de organização social e o padrão espacial de assentamento dessa sociedade e, com isso, o reconhecimento da historicidade do espaço.

Como conseqüência, a noção de região adquire novos contornos, pois pode ser analisada dentro de uma concepção globalizante que permite vê-la como um todo que nem sempre é homogêneo, nem tende necessariamente para o equilíbrio, mas que, ao contrário, se move através de contradições; há leis de movimento que devem ser apontadas e analisadas de modo a caminhar no sentido do desvendamento dessa parte do real.

2 – ESPAÇO E SOCIEDADE: O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA EM ESPAÇO SOCIAL

A necessidade deste capítulo se impõe pelo próprio conteúdo do nosso objeto de estudo, ou seja, o conceito de região, que está intimamente relacionado à categoria espaço. Por isso, acreditamos ser indispensável expor, ainda que brevemente, a linha básica de nossa interpretação sobre esse assunto, que representa uma das precondições teóricas para a abordagem do tema região.

O espaço, dada sua inequívoca materialidade, parece ser um conceito plenamente compreensível e transparente. A todos ocorre com facilidade uma idéia de espaço: qualquer pessoa "sabe" o que é. Entretanto, por detrás dessa concepção empírica, sobrevive a necessidade de se proceder cientificamente à crítica e à elaboração de uma conceituação mais precisa a esse respeito. Mesmo academicamente, "(...) a noção de espaço é uma espécie de amontoado sem forma donde tomamos expressões que servem para dar aparência de rigor aos discursos sobre os demais aspectos do real" (Lipietz, 1979, p.16).¹

"No que respeita às ciências sociais, o termo 'espaço' é utilizado algo descuidadamente, quando simplesmente se lhe agrega o adjetivo 'social' ou, mais especificamente, 'econômico', 'político', etc. em muitos casos denotando meramente certos recortes territoriais de significação econômica, política, etc. Com isso, praticamente não se diferencia 'espaço' de 'região'. Ademais, a determinação social, que estabelecerá uma diferença com relação à natural, costuma aparecer como um simples critério **alternativo e paralelo** para recortar segmentos do território (opondo-se as regiões naturais às regiões econômicas, etc.)" (Coraggio, 1979, p.4).

¹ Originalmente a frase é como segue: "La notion d'espace est une espèce de bric-à-brac informe ou l'on va puiser des expressions qui servent à donner une allure rigoureuse au discours sur les autres aspects du réel."

Na tentativa de especificar melhor o que se entende por espaço neste trabalho, partimos da crítica à noção empírica, que atribui ao espaço a idéia de substrato neutro no qual se inscrevem objetos. A visão empirista apresenta o espaço como um continente que é dado como existente; sua relação com o conteúdo, isto é, com os objetos ali inscritos, é uma relação meramente empírica. Isso significa que tal relação não é passível de interpretação ou de explicação teórica. Trata-se meramente da identificação de um "(...) espaço único, 'a priori' disponível para tal ou qual uso ou ocupação, preexistente à atividade prática que o apropria" (Lipietz, 1979, p.18).

É sob esse ângulo que a teoria econômica trata do espaço, principalmente em face da hegemonia alcançada pelo pensamento marginalista nessa área. Tanto as teorias clássicas de localização das atividades econômicas quanto as de inspiração marginalista tratam o espaço com uma certa negligência conceitual, na medida em que ele entra apenas como um dos fatores de atração e repulsão das atividades econômicas, expresso na chamada "fricção da distância" (custo do deslocamento físico). Abordagens desse tipo tendem a desembocar na formulação de modelos que se utilizam de um instrumental geométrico e/ou matemático para explicar a localização dos fenômenos econômicos.

Com isso, visamos apenas fazer referência à utilização de uma noção de espaço fundamentada no empirismo, conforme enunciada em parágrafo anterior. Não pretendemos fazer uma resenha de como os economistas tratam o espaço, principalmente porque seria tarefa por demais complexa, dentro dos objetivos deste trabalho.² A despeito disso, é interessante observar que

"(...) o espaço ocupava lugar de destaque nas formulações teóricas dos precursores da disciplina econômica, desaparecendo paulatinamente quase que por completo para ressurgir no pós-guerra. Com efeito, os primeiros pensadores, reconhecidos remotamente ou não como economistas, demonstrariam grande sensibilidade ao fator espacial ou geográfico na identificação e explicação dos fenômenos econômicos" (Smolka, 1983, p.709).

O conceito de espaço que adotaremos neste trabalho se contrapõe à noção de espaço como substrato neutro, preexistente e independente da

² Em função da amplitude e relevância deste tema, em especial, e da impossibilidade de tratá-lo profundamente aqui, recomenda-se a complementação desses conteúdos através principalmente de: Ferreira (1975, cap. 3, p. 31) e Smolka (1983).

organização social. Reconhecemos, como pressuposto básico, que há uma relação entre a sociedade e o espaço. Porém não se trata do simples reconhecimento de que a organização da sociedade deve assentar-se sobre uma extensão de território como condição de sua própria existência, o que manteria o raciocínio nos limites do senso comum. O intento deste capítulo está justamente em qualificar melhor a relação entre espaço e sociedade, transcendendo a concepção empírica. Para tanto, vamos nos ocupar das noções de trabalho e de natureza que, analiticamente, precedem o conceito de espaço e, em nosso entender, constituem a mediação teórica capaz de dar consistência e significado à concepção de espaço como "produto" social.

Antes de tudo, é necessário que se tenha clara a possibilidade de tratar do espaço como uma categoria.³ Isso significa que se vai abstrair da realidade um de seus condicionantes essenciais, de modo a poder transferi-lo para o pensamento e tratá-lo teoricamente. As categorias são formulações intelectuais que expressam determinações reais de existência. Elas são uma contrapartida da realidade no pensamento; elas não são fruto do pensamento. Porém é preciso que seja salientado também que não é qualquer elemento da realidade que pode ser uma categoria. Nas palavras de Coraggio,

"(...) o critério não pode ser empiricista, de modo que tudo o que está associado a um certo campo de fenômenos seja considerado categoria simplesmente porque não há casos onde se dá o fenômeno sem essa determinação. Assim, não seria válido o seguinte raciocínio: se a produção social é a articulação de trabalhos privados; se o trabalho é realizado por homens vivos; se para estar vivo um homem deve respirar; então, a respiração é uma categoria de reprodução social! Deve-se estabelecer a diferença entre **determinações constitutivas** e **fatores** presentes no mesmo. O que é categoria em um campo pode ser reduzido a mero fator em outro. A maneira de aproximar-se dessa discriminação é pela via gnosiológica: quando uma determinação é constitutiva, sua exclusão nos impede de apreender pela via do conhecimento o fenômeno enca-

³ Sobre esse assunto, convém consultar os comentários de Coraggio (1979), em texto citado, especialmente a nota 2, onde trata das diferenças entre dois conceitos de categoria: como determinação de existência e como conceito desenvolvido em um sistema teórico. A título de síntese, salientamos a seguinte passagem: "Assim, apoiaríamos a hipótese de que certa determinação de existência da realidade é efetivamente uma categoria, quando a ausência de seu conceito no discurso teórico impede o acesso ao seu conhecimento eficaz e eventualmente à sua transformação".

rado em sua natureza essencial. Assim, excluir da análise de uma sociedade as relações sociais de produção, impede a compreensão de sua dinâmica. Por outro lado, para captar a mesma dinâmica, podemos perfeitamente prescindir do fato, empiricamente inegável, de que os agentes capitalistas são bípedes de nascimento. Seguramente, o desenvolvimento do conhecimento científico (nem sempre linear e progressivo) implica a possibilidade de redefinir os sistemas categoriais; porém, num dado estágio de conhecimento, é necessário discriminar as categorias e as determinações não centrais, a fim de não cair num analiticismo sem guia e sem fim" (Coraggio, 1979, p.3-4).

No estudo do tema região, fica claro que o espaço não pode ser excluído da análise, porque sem ele se torna impossível apreender o fenômeno regional. A dimensão espacial constitui-se numa determinação de existência da região, por isso é considerada uma categoria.

Assim sendo, torna-se possível examinar o espaço à luz de uma teoria social geral, de vez que, como observa Castells, "(...) não existe teoria do espaço à margem de uma teoria social geral, seja esta explícita ou implícita" (Castells, 1978, p.141).⁴

A teoria geral que pretendemos utilizar para abordar a análise do espaço se refere às formulações do materialismo histórico. Trata-se de uma perspectiva teórica que concebe o desenvolvimento da sociedade humana fundamentado na ação recíproca entre o homem e o mundo material que o cerca, ação esta que se constitui no processo social de produção.

Desde essa perspectiva, trata-se de relacionar de imediato a organização social com o contexto material correspondente, pois constitui a própria essência do materialismo atribuir decisiva relevância ao real/material, em contraposição ao que provém do pensamento. Vejamos então essa excelente passagem de Marx e Engels:

"As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico.

⁴ "Não existe teoria específica do espaço, mas simplesmente desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, de modo que permita explicar as características de uma forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras formas e processos historicamente dados" (Castells, 1978, p. 152).

"A primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a **organização física destes indivíduos e a relação que por isso existe com o resto da natureza** (grifo nosso). Não podemos entrar aqui, naturalmente, nem na constituição física dos próprios homens, nem nas condições naturais que os homens encontraram (...). Toda historiografia tem de partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens.

"Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a **produzir** os seus meios de vida, passo este que é **condicionado pela sua organização física** (grifo nosso). Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

"O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. (...) Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com **o que** produzem e também com o **como** produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção" (Marx e Engels, 1984, p.14-5).

Essa passagem expressa, com bastante nitidez, a premissa básica da qual partimos para examinar a relação entre espaço e sociedade. Ao produzir seus meios de vida, o homem está condicionado por sua organização física, o que torna desde logo explícita a existência de uma conexão entre a organização social e os seus condicionantes materiais. A produção tem, pois, uma dimensão material que lhe é inerente; é através dela que o homem estabelece uma íntima conexão com a natureza. Na atividade produtiva humana, no trabalho, está expresso em sua mais pura acepção o intercâmbio entre o homem e natureza.

Entretanto, quando se diz que o homem, por intermédio do trabalho, apropria a natureza e a torna humanizada, não se está dizendo que a natureza é um domínio constituído de forma completamente independente do homem e a este exterior. A apropriação social da natureza deverá ser melhor examinada, de modo a reduzir ao mínimo o risco dessa interpretação equivocada.

A concepção de exterioridade do homem em relação à natureza está presente, mesmo que implicitamente, nas formulações científicas de matiz positivista e suas derivadas. A separação entre sujeito e objeto, ou

ainda, a objetividade radical, constitui-se, para o positivismo, num pré-requisito essencial na elaboração científica, pois é o que assegura, digamos assim, a neutralidade. Assim, ao estudar a natureza, o positivismo a considera objetivamente neutra; a natureza é aquilo que ela mesma expressa, independente do sujeito, cabendo a este captá-la em sua realidade.

A questão da preexistência da natureza em relação ao homem, que é uma questão relacionada com a noção de exterioridade há pouco referida, não é pertinente à nossa área de estudo. Tendo em vista o fato de existirem domínios da ciência especialmente dedicados ao estudo do "mundo natural", cabe-nos tão-somente registrar que o senso comum absorve a noção de preexistência da natureza em relação ao homem, bem como as concepções religiosas a respeito da origem do mundo.⁵

Nosso posicionamento a respeito do homem e da natureza não contempla, em nenhum momento, a discussão sobre o que precedeu a quem, uma vez que nosso raciocínio parte da realidade, ou seja, daquilo que existe. E o que existe é o homem que, organizado socialmente em função de sua manutenção como espécie, vive uma relação com a natureza, que é caracterizada historicamente de diversas formas.

A devida dimensão do homem e da natureza é, pois, percebida através da relação entre eles, relação esta que determina a própria constituição desses termos. O ser próprio da natureza e do homem é constituído no decorrer de um processo, razão pela qual não podem ser concebidos separadamente. No estudo da natureza, o homem não pode ser subtraído, de vez que tal operação acarretaria uma perda para ambos os termos, pois eles estão intimamente ligados. O homem, na medida em que tem um corpo com necessidades biológicas a serem satisfeitas, é também natureza. Esta, por sua vez, como não existe em estado puro,⁶ é uma natureza sempre **humanizada**, no sentido de que contém o homem, sua marca, suas influências.⁷

⁵ "O senso comum afirma a objetividade do real na medida em que a realidade, o mundo, foi criado por deus independentemente do homem, ela é, portanto, expressão da concepção mitológica do mundo" (Gramsci, 1981, p. 69).

⁶ "A pura natureza é o lugar e o tempo em que falta o homem. (...) Desde que mãos humanas, ou olhares, ou instrumentos, atinjam a pura natureza, ela já não é mais a pura natureza" (Lefébvre, 1969, p. 162).

⁷ "Sem o homem, que significaria a realidade do universo? Toda a ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem. Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores, inclusive os científicos, que seria a 'objetividade'? Um caos, isto é, nada, o vazio, se é que é possível dizer assim, já que, realmente, se imagina que o homem não existe, não se pode imaginar a língua e o pensamento. Para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido" (Gramsci, 1981, p. 70).

Em Marx, a relação homem/natureza aparece na discussão sobre a condição natural do homem e sobre o trabalho, como sua atividade essencial. Nos manuscritos econômicos e filosóficos, de 1844, encontra-se o seguinte texto:

"A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo orgânico como meio direto de vida e, igualmente, como o objeto material e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o **corpo inorgânico** do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem **vive** da natureza significa que a natureza é o corpo dele, como o qual deve manter-se em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são independentes simplesmente significa ser a natureza independente consigo mesma, pois o homem é parte dela" (Marx, 1970, p.95).

Com essa colocação de caráter bem abstrato, Marx demonstra, desde logo, o princípio básico que seguirá em suas obras posteriores, qual seja, o de uma inter-relação necessária entre homem e natureza. Se tomarmos suas considerações acerca do trabalho, vamos ver de que modo esse princípio abstrato se faz presente.

"Antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece

um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar ao qual tem de subordinar sua vontade" (Marx, 1971, p.202).

Este excerto, por tratar do processo geral de trabalho, apresenta grande interesse para nossa análise. Nele, fica qualificado o trabalho como atividade mediadora entre homem e natureza, através da qual o homem se realiza como homem, como natureza. Do texto acima, depreendemos que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, ou seja, somente o homem trabalha, somente o homem imprime um caráter teleológico à sua atividade. Os animais também influem sobre o meio ambiente, efetuam alterações, etc., porém

"(...) a influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. (...) Nem um só ato planejado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo. Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho" (Engels, 1961, p.278-9).

Com isso, pretendemos salientar que dentro da totalidade da natureza⁸ existem, ao mesmo tempo, uma unidade e uma diversidade: embora homem e animal façam parte da natureza, e esta esteja neles presente, no entanto não da mesma forma, pois existe uma maneira especificamente humana de ser natural, que é a que nos interessa estudar aqui.

O que caracteriza essencialmente a maneira humana de ser natural, ou seja, de estar relacionado à natureza, é o trabalho. Como vimos, é

⁸ "Nada ocorre na natureza de forma isolada. Cada fenômeno afeta o outro, e é por seu turno influenciado por este; e é em geral o esquecimento desse movimento e dessa interação universal que impede a nossos naturalistas perceberem com clareza as coisas mais simples" (Engels, 1961, p. 278).

no processo de trabalho que o homem produz seus meios de vida, assegurando a própria sobrevivência como espécie. Porém, como o trabalho é uma atividade criadora, o homem transcende, em qualidade, a simples manutenção da espécie levada a efeito pelos animais:

"Os animais só produzem a si mesmos, enquanto o homem reproduz toda a natureza (...). Os animais só constroem de acordo com os padrões e necessidade da espécie a que pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo" (Marx, 1970, p.96).

Através do trabalho, portanto, o homem estabelece uma relação de apropriação da natureza. Porém, como essa não é uma relação entre dois elementos exteriores um ao outro, a apropriação não tem um sentido unilateral e linear. O chamado domínio do homem sobre a natureza, no dizer de Engels,

"(...) não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos em seu seio, e todo nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada" (Engels, 1961, p.279).

Isso significa, antes de mais nada, que o "mundo natural" não se reduz a uma materialidade passiva frente ao homem,⁹ pois tem suas próprias determinações, que podem ser compreensíveis ou não à racionalidade humana, mas que lhe impõem uma certa maneira de proceder. No texto da Ideologia Alemã, Marx e Engels referem-se às premissas impostas pela matéria¹⁰ ao afirmarem que "(...) o modo como os homens produzem os seus

⁹ "Este 'dado', no qual o poder humano reinveste sem parar as formas abstratas que ele deduz e as estruturas que ele edifica, nós chamamos 'natureza'. Ela não tem nada de uma indiferença, de uma materialidade passiva e pobre à maneira da coisa e do objeto desligado. Ela é cheia de germes e de particularidades que pedem (se se pode exprimir assim) apenas para serem explicadas. Trabalho, técnica, conhecimentos, conceitos não cortam o humano da natureza, senão por um pensamento que — conscientemente ou não — separa analiticamente à maneira do entendimento" (Lefèbvre, 1969, p. 170).

¹⁰ Excelente abordagem a respeito das determinações materiais e sua relação com os condicionantes histórico-sociais encontra-se em Schmidt (1976), especialmente na primeira parte do Capítulo II sobre a natureza e a análise da mercadoria. De resto, a obra é fascinante e rica em seu todo, razão pela qual foi tomada como base para esta parte do nosso trabalho.

meios de vida depende, **em primeiro lugar**, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir (grifo nosso)" (Marx e Engels, 1984, p.14-5).

Observamos, portanto, que o intercâmbio orgânico entre homem e natureza está condicionado por leis naturais existentes de maneira independente da vontade humana. Nas palavras de Schmidt, "(...) todo ato de dar forma a uma substância natural deve obedecer à legalidade peculiar da matéria" (Schmidt, 1976, p.84). O reconhecimento de que Marx atribui um papel relevante aos aspectos materiais do intercâmbio homem/natureza não autoriza, entretanto, que se interprete a matéria como princípio unitário de explicação do mundo. A matéria, assim concebida, não passaria de uma idéia geral, uma abstração; quando para Marx a matéria significa, antes de tudo, uma realidade socialmente mediada, isto é, relacionada a padrões históricos determinados.

"A substância natural, que Marx equipara à matéria, já está formada, quer dizer, encontra-se submetida a leis físicas e químicas que são descobertas pelas ciências da natureza em permanente contato com a produção material. Justamente porque a substância natural tem leis que lhe são próprias, e não apesar disso, podem ser realizados objetivos humanos por meio dos processos naturais. Ademais, os conteúdos desses objetivos não são unicamente histórico-sociais, mas estão também condicionados pela própria estrutura da matéria. Depende sempre do nível alcançado pelas forças produtivas materiais e intelectuais, quais possibilidades imanentes à matéria e em que proporção podem se realizar; além disso, a estrutura da matéria não está estabelecida de nenhuma maneira de uma vez para sempre" (Schmidt, 1976, p.71).

Por intermédio dessa passagem de Schmidt, percebemos em que medida a relação entre os condicionantes naturais e as variáveis histórico-sociais é uma relação dialética: um processo através do qual resultam modificados ambos os termos. Não se trata, portanto, de uma simples relação de causalidade (o que exerce influência sobre quem, ou vice-versa), mas sim de uma ligação que vem desde o núcleo desses dois elementos.¹¹ Entretanto, é preciso ter-se claro que o processo histórico na natureza e na sociedade não são a mesma coisa e que, portanto, não tem nenhum sentido aplicar diretamente as leis naturais às relações sociais, nem mesmo vice-versa. A relação que natureza e sociedade guardam entre

¹¹ "(...) enquanto existam homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionam reciprocamente" (Marx e Engels apud Schmidt, 1976, p. 45).

si é também, em certa medida, uma relação de negação, de contradição, e é essa idéia contida na expressão "luta do homem contra a natureza".

Tendo em vista a mediação fundamental entre homem e natureza — o trabalho —, observamos que o conteúdo histórico daquela relação é expresso através da tecnologia. Esta, segundo Marx,

"(...) revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida, e assim elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que delas decorrem" (Marx, 1971, p.425).

Através das diferenças no padrão tecnológico, podem-se observar as mudanças na relação homem/natureza no decorrer da história da humanidade.¹² Dito de outra forma, há uma evolução no proceder do homem para com a natureza, há uma alteração nos métodos de intervenção sobre o "mundo natural", ao mesmo tempo em que este também apresenta novos aspectos a serem encarados pelo homem no decorrer do processo.

"Na medida em que os homens desatam as 'potências adormecidas' no material natural, 'liberam' este material: ao transformar o morto em si em um vivente para nós, prolongam, de certo modo, a série dos objetos produzidos pela história natural e lhe dão prosseguimento num estágio qualitativamente mais elevado. Mediante o trabalho humano a natureza leva adiante seu processo de criação (...). A força de trabalho, aquela 'substância natural transformada em organismo humano', é exercida sobre substâncias naturais exteriores ao homem; a natureza transforma-se juntamente com a natureza. Como os homens incorporam suas forças essenciais às coisas naturais trabalhadas, as coisas naturais, por sua vez, adquirem uma nova qualidade social como valores de uso cada vez mais abundantes no curso da história" (Schmidt, 1976, p.85-6).

Trata-se, portanto, de uma natureza ao mesmo tempo exterior e interior ao homem: apropriada por e para o homem e também por ele recriada. Nessa medida, se pode dizer que o processo de humanização da natureza também significa uma naturalização do homem. Levando sempre em conta essa reciprocidade, ainda se pode dizer, de uma forma mais geral, que, enquanto houver homens, haverá natureza, de vez que "(...) todas as relações sociais estão mediadas por coisas naturais e vice-versa. São sempre relações dos homens entre si e com a natureza" (Schmidt, 1976, p.77).

¹² "O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz" (Marx, 1971, p. 425).

Desse contexto, cabe resgatar a categoria espaço, essencial para o prosseguimento do nosso trabalho. Desde logo, afirmamos que o espaço é necessariamente social, ou seja, não existe um "espaço natural", alheio às influências da organização social. Essa idéia é proveniente do que foi discutido acima sobre as relações entre a natureza e a sociedade: assim como não existe a "pura natureza", não existe também um "puro espaço", intocado pela mão do homem. Todo espaço é social, porque nele se desdobram relações sociais que estão explícita ou implicitamente presentes em todas as áreas conhecidas pelo homem. A idéia, portanto, de um "espaço construído", isto é, produzido pelo homem em oposição a um "espaço natural", alheio a qualquer tipo de prática social, não tem viabilidade em nosso contexto teórico. No estágio avançado em que se encontram as forças produtivas capitalistas na atualidade, uma delimitação que seccionasse essas duas "modalidades" de espaço estaria não só muito próxima do impossível, como também do inócuo, sob o ponto de vista da compreensão do real.

O espaço, num certo sentido, dá a dimensão concreta das práticas sociais, cuja determinação formal assume peculiaridades históricas.¹³ Entretanto, quaisquer que sejam essas peculiaridades, "(...) os homens se encontram limitados, no mínimo, a substâncias básicas como a terra, a água e o ar, em que pese toda a artificialidade das formas objetivas por eles produzidas" (Schmidt, 1976, p.97).

Para Marx, a terra é o objeto universal do trabalho humano, incluindo, é claro, a água e o ar. Em suas palavras,

"(...) a terra, seu [do homem] celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar, cortar, etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho" (Marx, 1971, p.203).

Com isso, observamos que a terra ou, num sentido mais abrangente, o espaço é concebido em relação à atividade humana, necessariamente permeado por relações sociais de produção historicamente mutáveis. Considerando os condicionantes puramente materiais do trabalho e a transformação da natureza que dele decorre, podemos dizer, com Lefèbvre, que "(...) a terra é ao mesmo tempo condição de produção e produto de ação" (Lefèbvre, 1969, p.156), em suma, o lugar do homem.

¹³ Sobre a evolução histórica da humanidade e sua relação com a apropriação social do espaço, recomenda-se a leitura de Moraes e Costa (1984, cap. 6).

O processo de apropriação social do espaço, como já foi dito, é mediado pelo grau de evolução técnica da humanidade. Dito de outra maneira, a forma que assume a relação sociedade/espaço, em cada período histórico, guarda uma correspondência muito estreita com o nível e o caráter do desenvolvimento das forças produtivas. Isso leva Sonia Barrios a reconhecer que

"(...) a ampliação dos conhecimentos científicos e a disponibilidade de instrumentos de trabalho cada vez mais potentes e eficientes se traduzem numa capacidade crescente de transformação social do espaço circundante. As sucessivas revoluções tecnológicas, que o desenvolvimento histórico das formações sociais registra, significaram um incremento cumulativo de seu domínio sobre a natureza" (Barrios, s.d., p.33).

O delineamento da categoria espaço, através de sua relação com a organização social, guarda, entretanto, uma distância bastante grande em relação às suas possíveis aplicações a determinadas situações concretas. Num certo sentido, dizer simplesmente que as relações sociais determinam a configuração espacial não explica muito, uma vez que, nesse nível de abstração, resulta difícil dar conta de realidades tão diversas como a caatinga nordestina e o ABC paulista. Nesse quadro, impõe-se a necessidade do aprimoramento de um instrumental metodológico capaz de efetivar a imprescindível mediação entre o conceito e a realidade.

As dificuldades existentes diante de uma tarefa dessa envergadura são inúmeras e têm sido apontadas por diversos estudiosos do assunto. Coraggio, por exemplo, reconhece que não há uma resposta fácil à pergunta: quais são as relações determinísticas existentes entre os processos sociais e as formas espaciais? Antes de mais nada, há que se reconhecer que "(...) é impossível dar uma resposta única e geral, aplicável a todas as situações históricas" (Coraggio, 1979, p.27). Coraggio aponta, ainda, que a historicidade do social não se limita às categorias sociais estritamente consideradas.

"O caráter histórico do social é também dado pelo fato de que a articulação entre os determinismos propriamente sociais e os naturais não está univocamente estabelecida para todas as formas de sociedade" (Coraggio, 1979, p.28).

A par disso, Sormani alerta para o risco dos dois extremos em que se pode cair ao tentar incorporar o espaço às relações sociais. Tais extremos são:

"(...) privilegiar a influência do meio físico sobre os processos sociais e privilegiar as mudanças sociais, à margem

das determinações da natureza. Num caso, se cai inevitavelmente em explicações deterministas do desenvolvimento social e, no outro, em expressões voluntaristas" (Sormani, 1977, p.3).

A maneira de evitar tais condicionamentos mecânicos passa pelo reconhecimento da existência de uma relação dialética entre as determinações da natureza e as de ordem social, assunto este que já foi abordado anteriormente.

Considerando que a dimensão da tarefa de buscar as mediações entre o conceito de espaço e sua aplicação prática transcende os propósitos de nosso trabalho, tais observações servem, entretanto, para registrar nosso reconhecimento sobre as dificuldades metodológicas consideráveis existentes no caminho. Apesar disso, julgamos de grande valia apontar perspectivas que possam levar, progressivamente, a um acercamento maior do problema e, para tanto, nos servimos de Castells:

"(...) trata-se de superar a descrição dos mecanismos de interação entre implantações e atividades para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais estudadas; a oposição entre determinações natural e cultural do espaço deve ser superada a partir de uma análise da estrutura social, considerada como processo dialético de relação de dois tipos de elementos por meio de práticas sociais determinadas por suas características históricas; a diferenciação de um espaço, a distribuição entre funções e processos que põem em relação as diversas unidades carecem de significação, se não se referem a elementos teoricamente significativos, os quais situam o espaço no conjunto da estrutura social" (Castells, 1978, p.152).

A postura de Castells é nítida no sentido de não abandonar os princípios do materialismo dialético no estudo da natureza e do significado do espaço dentro da dinâmica social. Tomando tais princípios como ponto de partida, os passos subseqüentes encontram-se ainda numa fase preliminar, em que há poucas conclusões definitivas. Os autores clássicos, dentro do pensamento dialético, praticamente não trataram diretamente dessa questão, de modo que resta bastante a ser criado. Salientamos, a propósito disso, que não se trata de criar uma **nova teoria** a respeito do espaço, mas sim elaborar os desdobramentos teórico-metodológicos necessários para incorporar essa categoria nas análises sobre a realidade social. Nas palavras de Sonia Barrios, trata-se de "(...) estudar a construção do espaço como parte do complexo organizado de processos econômicos, políticos e cultural-ideológicos que constituem a totalidade social em transformação" (Barrios, s.d., p.7).

No afã de dar conta desse desafio, há diversas abordagens nas quais se constata a preocupação de incorporar o espaço à totalidade social, preocupação esta que se expressa muitas vezes de forma diferente: configuração espacial, formação espacial, espacialidade social, etc. Pensar o espaço socialmente tem sido uma atitude constante entre os autores da chamada "geografia crítica", como Milton Santos, Ruy Moreira e David Harvey, entre outros.¹⁴ Partindo justamente da crítica da noção de espaço como substrato neutro, esses geógrafos buscam a redefinição de seu objeto de estudo, no sentido de uma inserção maior do espaço dentro da totalidade social. Por esse motivo, suas elaborações apresentam um certo interesse para o nosso estudo, embora não seja nosso objetivo adentrar o debate em si, nem tampouco discutir amplamente as idéias de M. Santos ou de R. Moreira. Naquilo que nos interessa, esses autores discutem as relações entre a organização social e o espaço, reconhecendo que o padrão de ocupação e de uso do solo se dá sempre em função das necessidades mais essenciais da formação econômico-social considerada. A partir daí, os autores citados passam a discutir sobre o que se vem denominando formação espacial, articulando em seu raciocínio as categorias modo de produção e formação econômico-social. A preocupação básica de M. Santos está em inserir o espaço dentro de uma totalidade:

"O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos" (Santos, 1979, p.18).

Como pode ser visto, o autor tem um certo cuidado em expressar a dinâmica espaço/sociedade de modo a tentar evitar os riscos de uma interpretação mecanicista. Sem entrar em uma avaliação crítica da produção de Milton Santos, podemos dizer que este autor cumpre um papel importante nos debates sobre a questão espacial. Dotado da peculiaridade de levantar uma gama imensa de questões — que, embora sempre pertinentes, muitas vezes ficam a carecer de um aprofundamento adequado —, o autor deixa sua contribuição para um debate que, graças à sua abertura, está em constante enriquecimento. Prova disso tem sido a questão da formação espacial que agora retomamos.

¹⁴ Para um melhor conhecimento sobre a "geografia crítica" ou "geografia nova", sugere-se consultar: Santos (s.d. e 1980); Moreira (1979) e Harvey (1980). Para os fins específicos do nosso trabalho, foram utilizados o citado texto de Moreira (1979) e os ensaios de Santos (1979).

Um pré-requisito importante para se tratar da formação espacial é reconhecer o espaço como "produto interno de uma estrutura social", ou seja, o

"(...) espaço social enquanto produto da sociedade é, por isso mesmo, condição de seu devir e, ao estudá-lo, geógrafo ou não, estamos a indagar sobre uma das dimensões das relações sociais (...)" (Seabra, s.d.).

Isso significa que não vamos encarar o espaço como uma "instância" a mais, ou seja, uma parte que, justaposta a outras, viria a compor um todo estruturado, cujo movimento estaria pautado por um elemento sobre-determinante em relação aos demais, provocando com esse comportamento mecânico alterações no âmbito das demais "instâncias". O que se tem observado, em concepções desse tipo, é que a espacialidade fica colocada como elemento determinado, comportando-se quase como um reflexo puro e simples das determinações da "instância" econômica. Não é esse o ponto de vista que adotamos, não porque acreditemos que o dado espacial determine o comportamento da esfera econômica, mas sim porque entendemos que não se trata de adicionar "instâncias" nem de estabelecer relações de determinação entre elas. Trata-se, outrossim, de partir de uma ótica diversa, em que o espaço dá conta de expressar a "reprodução social em sua dimensão mais material" (Lipietz, 1979, p.9), ou seja, ele é um dado presente no bojo e na origem do processo social, em maior ou menor grau. A seguinte passagem de Coraggio expressa o essencial dessa idéia:

"Nossa proposta se baseia em admitir que, embora o espaço do real seja único, a espacialidade dos diversos fenômenos varia com a natureza diferencial dos mesmos; que, em particular, a espacialidade dos fenômenos sociais é indireta e está baseada na articulação entre natureza e sociedade, mas com as leis sociais sobreconstruindo a legalidade natural" (Coraggio, 1979, p.20).

Partindo desse pressuposto geral, vamos agora examinar o conceito de formação espacial, que é tomado como a expressão das relações entre espaço e sociedade no mundo físico. Tomaremos a conceituação de Sormaní, segundo a qual a formação espacial é

"(...) a forma que assume, em cada etapa histórica, o padrão de assentamento e de redes de interconexão que, sinteticamente, ficará expressa pelo padrão dos usos do espaço vinculados a todas e a cada uma das práticas humanas" (Sormaní, 1977).

O termo formação, ao mesmo tempo em que designa algo relacionado com a forma, o contorno, o desenho, expressa também o conteúdo de processo,

algo que se forma, se desenvolve e se altera. Portanto, a formação espacial contém o dado histórico, com seu condicionamento específico relativo a situações concretas, ou seja, vai expressar os diferentes modos de ocupação e uso do território levados a efeito pela sociedade humana. Nessa medida, observa-se que o conceito de formação espacial está profundamente relacionado à formação econômico-social, podendo-se dizer que há uma certa correspondência entre ambas.

Com relação ao conceito de formação social, acreditamos que Sormani o expressa muito bem da seguinte forma:

"(...) a formação social designa uma comunidade historicamente constituída e recortada territorialmente que possui características próprias que a diferencia de outras, seja por razões etno-históricas ou de outra natureza, mas cuja gênese e evolução estão condicionadas por modalidades particulares de reprodução social que se manifestam na desigualdade de seu desenvolvimento" (Sormani, 1977, p.11).

A formação social, portanto, expressa as particularidades de uma organização social determinada e, por isso, constitui-se no âmbito conceitual mais adequado para a observação dos elementos espaciais. Isso não implica, entretanto, que tais elementos não estejam presentes em outros âmbitos, como, por exemplo, no âmbito mais abstrato do modo de produção. Entretanto, justamente por seu caráter mais abstrato, o modo de produção designa tão-somente a essência das relações sociais presentes em diversas formações sociais, constituindo-se num ponto de partida, num referencial necessário de análise, onde, porém, não se encontram claramente expressos os elementos de ordem espacial.

Os conceitos modo de produção e formação social, a despeito de suas diferenças relativas a níveis de abstração, constituem, num certo sentido, dois aspectos de uma mesma realidade relacionados entre si. Se tomarmos a formulação de Samir Amin sobre formação social, poderemos esclarecer melhor essa observação:

"(...) as formações sociais são estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos" (Amin, 1973, p.13).

Trata-se, portanto, da combinação de partes distintas entre si que se articulam de maneira organizada, isto é, obedecendo a uma certa lógica. Tal combinação vem a formar um todo, no qual se manifestam, ao mesmo tempo, unidade e diversidade, harmonia e contradição, continuidade e descontinuidade. Esses aspectos, que podem ser sintetizados como cará-

ter desigual do desenvolvimento das formações sociais, desempenham um papel importante no decurso do nosso trabalho, na medida em que tais aspectos serão, de alguma forma, transferidos para o âmbito da formação espacial, eles adquirem um significado especial. É de nosso entender que uma possível conceituação de região passa pelo exame da articulação de diversos modos de produção, uma vez que essa articulação imprime, ao espaço correspondente, traços de descontinuidade que caracterizam seu próprio processo.

No conjunto do nosso trabalho, essa noção de articulação de modos de produção assume importância capital, motivo pelo qual será tratada mais especialmente no capítulo seguinte. No que tange à abrangência do presente capítulo, interessa apenas introduzir essa concepção básica e situá-la no contexto geral do nosso raciocínio, de modo a esclarecer as razões pelas quais nossa pesquisa tomou esse rumo.

Isso posto, vamos agora retomar uma afirmação feita anteriormente para analisá-la melhor. Trata-se da correspondência entre a formação social e a formação espacial, que não é, entretanto, de caráter mecânico nem linear. Esse aspecto poderá ser melhor explicitado através de considerações a respeito das transformações históricas por que passam uma e outra formação.

O ritmo das transformações pelas quais passa uma formação social não é necessariamente o mesmo com que se alteram os elementos da formação espacial. Isto porque essa correspondência de transformação passa por diversas mediações, como, por exemplo, o tipo de articulação que o modo de produção dominante tem com os demais, o que vai condicionar o ritmo e a qualidade das alterações no âmbito da formação social em seu conjunto. As alterações na formação espacial, por seu turno, caracterizam-se, de um lado, pela busca de uma adequação às necessidades da organização social emergente e, de outro, pela impossibilidade de eliminar os elementos herdados do passado. Por se tratar de uma realidade física, as mudanças, nesse âmbito, não se dão no mesmo compasso das alterações sociais, embora não deixe de haver, como já foi dito, uma profunda relação entre ambas. É claro que toda a infra-estrutura de ordem material do capitalismo moderno, por exemplo, não foi composta "pari passu" ao estabelecimento e à sedimentação das novas relações sociais de produção impostas pelo devir histórico. É certo que muitos traços anteriores permaneceram, por longo tempo, sendo alguns elementos da configuração espacial reaproveitados em função de um uso alternativo, ou mesmo do antigo uso. O homem organiza-se para prover sua sobrevivência de formas historicamente variáveis em sua evolução. Porém não há como negar a existência de certas atividades ou práticas sociais que não se alteram muito em sua essência, o que torna possível (e menos oneroso para a sociedade) a permanência do equipamento correspondente.

Com isso, observamos que, a despeito do ritmo de transformações ser diferente, os dois aspectos guardam entre si uma correspondência que faz com que a formação espacial deva ser vista sempre em relação à formação social, porque ela é a expressão material da trama de relações sociais que os homens estabelecem entre si e, como vimos anteriormente, com a natureza. Por outro lado, que não se fique com a idéia de que a formação espacial vai "a reboque" da formação social, isto é, comportando-se exclusivamente em função das determinações desta. De posse do que já foi tratado até aqui sobre as relações entre espaço e sociedade, é preciso não esquecer que a formação espacial, dotada que é de um caráter essencialmente material, impõe, em certa medida, limitações objetivas à expansão das relações sociais. Com Lipietz, diremos que "(...) a sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre dado, herdado do passado" (Lipietz, 1979, p.27).

À guisa de conclusão, diremos que, quando nos definimos por uma visão do espaço como um elemento imbricado à organização social, nossa preocupação foi direcionada no sentido de buscar categorias de análise capazes de, satisfazendo este requisito, permitir avançar no sentido de um aprimoramento do conceito de região, objetivo geral básico do trabalho. Nesse sentido, acreditamos que a utilização da categoria modo de produção e do conceito de formação social podem nos conduzir por esse caminho.

3 – A REGIÃO: FORMULAÇÕES AVANÇADAS

O tema central do presente capítulo consiste no exame de concepções de região que tomam o espaço não como um substrato neutro, mas como uma expressão da realidade social, com sua particularidade histórica, dentro dos marcos definidos no capítulo anterior. Partimos, portanto, de um ponto básico que permeia diversas abordagens para, no decorrer da exposição, tentar ressaltar os aspectos que conferem particularidades a cada uma delas.

A escolha dos autores a serem examinados deve-se à representatividade e ao significado de suas contribuições dentro do nosso tema. Seguindo nossa linha de análise, buscamos autores que possam contribuir para a formulação de um conceito de região sob o ponto de vista do materialismo dialético. Sem ignorar a existência de outros autores, esses foram os escolhidos devido à substância de suas análises, bem como à sistematização e organização com que são expostas suas idéias, permitindo uma compreensão mais adequada dos textos.

3.1 – Alejandro Rofman

Começaremos com a abordagem de Rofman (1974), tomando por base seu livro **Desigualdades Regionales y Concentración Económica: el caso argentino**, onde estão expressos com bastante nitidez os princípios teóricos com que ele trabalha. Sua preocupação principal, nessa obra, consiste em compreender a origem das desigualdades regionais no contexto de um país de desenvolvimento dependente. Nesse sentido, as observações de Rofman prendem-se às formações sociais capitalistas, no interior das quais se verificam desníveis sócio-econômicos entre os distintos sub-espacos nacionais.

O esquema conceitual de Rofman utiliza-se da relação entre as categorias de formação social nacional e formação social regional. Em suas palavras:

"A base fundamental de nossa exposição indica que cada unidade regional se comporta como uma formação social inse-

rida no esquema do sistema nacional, participando e compartilhando características com esse sistema, bem como apresentando aspectos específicos" (Rofman, 1974, p. 10).

Esse princípio básico expressa a preocupação do autor em mostrar que, ao analisar a região, não se pode ignorar que a parte é integrante do todo, ou seja, que "(...) uma região é um subespaço incluído num sistema nacional" (Rofman, 1974, p. 39).

Em seu Capítulo 2, onde busca redefinir a região, Rofman critica uma série de acepções correntes.¹ Um dos equívocos apontados consiste em tomar uma única dimensão de análise, supondo que o funcionamento do sistema social possa ser meramente fracionado e considerado apenas um elemento para identificar a região. Para Rofman, trata-se de um erro metodológico definir o âmbito regional por meio de uma variável ou parâmetro isolado. Disso também resulta um empobrecimento conceitual, na medida em que a região fica concebida sem seus componentes essenciais: as diferenciações internas referentes a classes sociais, poder político e econômico, formas de exploração da terra, etc. Um outro aspecto crítico diz respeito ao caráter a-histórico que Rofman aponta nas acepções referidas, ou seja: "(...) as diferentes versões sobre o significado do entorno regional podem ser aplicadas não somente a qualquer contexto sócio-econômico, mas também a qualquer etapa de seu desenvolvimento histórico" (Rofman, 1974, p. 40).

Através da crítica que Rofman elabora, pode-se observar que, em sua concepção, a região é um conceito integral que deve dar conta de expressar uma realidade espacial num contexto histórico-social.

A partir disso, o autor passa a enumerar os aspectos que devem ser contemplados no estudo de uma região considerada integralmente:

- a) características do nível de desenvolvimento relativo das forças produtivas da região;
- b) análise das relações de produção e das formas técnicas e organizativas da atividade em cada setor econômico;
- c) níveis de concentração econômica e formas de distribuição da renda como processos diretamente ligados ao sistema econômico-social prevalecente;

¹ As abordagens às quais o autor se refere fazem parte do grupo que, no capítulo introdutório deste trabalho, chamamos de concepções *convencionais*. Não é oportuno, no momento, retomarmos esse assunto, na medida em que nosso interesse reside unicamente em captar, da crítica feita por Rofman, elementos que expressem seu próprio ponto de vista.

d) análise comparada da estrutura econômico-social regional com a de outras regiões e com a do país.

Levando em conta o conjunto desses aspectos, observa-se que a categoria formação econômico-social cumpre um papel-chave na concepção de Rofman: ela fornece a noção de articulação entre o modo de produção dominante e o conjunto de modos dominados, em consonância com o que havíamos tratado no final do capítulo anterior.

O que sobremaneira nos interessa nas formulações de Rofman é que ele busca articular, de forma coerente, a categoria formação social com as características espaciais e, mais particularmente, com as formações regionais. Em suas palavras:

"(...) partimos da hipótese central de que, sendo a unidade territorial nacional reconhecida como uma formação social dada, as distintas subunidades participam das características gerais atribuíveis a todo o sistema. Esta participação não é, entretanto, nem homogênea nem deixa de oferecer aspectos muito particularizados. Para efeitos de definir e por fim distinguir uma subunidade qualquer de outra, a única alternativa é reconhecer modalidades diferenciadas da formação social global a nível das subáreas do território nacional. Quer dizer, a região é visualizada como uma formação social própria, onde as estruturas econômicas, sociais e políticas dos modos de produção que nela coexistem se comportam em correspondência com as mesmas instâncias em escala nacional" (Rofman, 1974, p.43).

É claro que, como o próprio Rofman aponta, a aplicação desse marco geral de análise requer um estudo detalhado das particularidades de uma região determinada. Uma vez que se trata de cercar o núcleo básico constituído pelas relações entre a formação social regional e a nacional, é preciso determinar, com rigor, os pontos em que essa correspondência se efetua, bem como os pontos em que se rompe; porque a região de Rofman é uma unidade internamente contraditória, o que faz com que as relações entre a formação social nacional e a regional não sejam lineares e unidirecionais, mas, ao contrário, sejam acompanhadas de transformações ou adaptações nos dois âmbitos. Nesse sentido, Rofman demonstra a necessidade de apontar as características peculiares a cada unidade regional, o que pode ou não conferir a esta uma certa autonomia em relação ao âmbito nacional e mesmo ao internacional.

Devido a isso, é importante observar que as peculiaridades de uma certa região podem estar, a **nível de sistema produtivo**, no que respeita ao aproveitamento e à mobilidade (ou não) dos recursos naturais de que

a área é dotada, bem como no caráter móvel dos meios de produção (com exceção da terra) e da força de trabalho. Por outro lado, **a nível da estrutura social**, as peculiaridades regionais surgem em virtude do fato de que as classes sociais se definem e se articulam com base nas relações entre o modo de produção dominante e os subordinados. Assim, a região é caracterizada por fragmentação de classes ou setores, uma vez que, na realidade, dificilmente se encontra uma nítida e pura divisão de classes. Rofman considera, ainda, o **nível da estrutura jurídico-institucional**, onde se dão as relações entre o Estado nacional e a aliança de classes e setores regionais, cuja prática política nem sempre se coaduna com os interesses da coligação social dominante a nível nacional.

A partir da consideração das especificidades a esses três níveis, Rofman julga ter atingido uma primeira acepção de região, que resume como sendo "(...) a apropriação geográfica dos fenômenos econômico-sociais que acontecem em toda a formação social" (Rofman, 1974, p. 51). Compreende-se que, devido ao grau de abstração que tal formulação encerra, o autor parta para a tarefa de situar historicamente uma formação regional dada, apontando, com maior nível de detalhe, os diversos aspectos diferenciadores das regiões no interior de um sistema nacional. O roteiro que apresenta serviu de base para seu estudo do caso argentino como modelo explicativo de suas formulações teóricas.² Esta parte de seu trabalho não nos interessa diretamente no momento, de vez que nosso objetivo se limitou a examinar apenas o arcabouço teórico de que o autor faz uso. Ficamos, então, basicamente, com o conceito de região integral, através do qual Rofman busca expressar a realidade específica de uma formação social regional, inserida na dinâmica histórica da formação social nacional.

3.2 – José Luis Coraggio

Partindo basicamente dos mesmos princípios fundamentais, as formulações de Coraggio (1979)³ definem a região, antes de mais nada, como uma forma espacial sobre a qual se assenta um subconjunto social determinado. Devido à concepção de espaço adotada pelo autor, a região, considerada como território, não tem significação em si mesma. As caracte-

² Ver Rofman (1974, p.51 e seg.).

³ A despeito da variedade de textos e artigos do autor que expressam diversos estágios de suas formulações sobre o assunto, optamos por analisar o trabalho denominado *Sobre la Espacialidad Social y el Concepto de Región*, que nos pareceu o mais explícito de todos.

terísticas de um segmento concreto, em sua materialidade (como topografia, clima, solo, recursos minerais, etc.), só adquirem sentido quando postas **em relação** com os processos da sociedade que aí se localizam.

Em conformidade com o tema analisado no capítulo anterior deste trabalho, quando tratamos das relações entre sociedade, natureza e espaço, o raciocínio de Coraggio parte de que, nas formações sociais concretas, o natural não é algo que subjaz ao social, mas que "(...) está no interior mesmo das estruturas e processos sociais" (Coraggio, 1979, p. 46). Assim sendo, considera ele que

"(...) a coletividade assentada no âmbito definido como região [é vista] como um **complexo social-natural**, onde não há apenas agentes sociais e suas relações, mas também elementos naturais relacionados através de processos ecológicos e, ainda mais, um sistema de relações sociais de apropriação dos elementos naturais pelos elementos da sociedade. Este complexo concreto tem como **locus** uma determinada região, cuja configuração, extensão, posição relativa, etc. são determinações espaciais cuja lógica deve ser decifrada a partir das leis que regulam os processos sociais" (Coraggio, 1979, p. 46).

A abrangência e a profundidade que Coraggio alcança com suas considerações sobre a região constituem, a nosso ver, qualidades que enriquecem definitivamente a análise. É com cuidadosa acuidade que ele aponta os riscos de uma interpretação determinística e linear com respeito a essa questão. E com muita razão o faz: qualquer pessoa que manuseie com o assunto sociedade-espaço-região pode saber como é comum se deparar com abordagens em que, explícita ou implicitamente, aparece o determinismo do social sobre o natural ou vice-versa. Assim, as abordagens que consideram a região como um somatório da forma espacial, mais o conteúdo natural e mais o conteúdo social não apresentam condições de percepção, análise e compreensão do fenômeno regional, de vez que se encontram sob uma ótica metodológica equivocada. O essencial a se levar em conta aqui é que esses diversos "níveis" de determinação não podem ser concebidos externamente um ao outro. No dizer de Coraggio,

"(...) o **determinismo natural** já está **incorporado** (grifo nosso) na regulação dos processos sociais, como, por exemplo, nas condições materiais da reprodução social, e não se agrega externamente ao determinismo social. (...) **A configuração natural** aparece como **fator** que, no seio de um dado processo social, orienta a configuração territorial concreta dos fenômenos sociais, mas de forma nenhuma a **produz**" (Coraggio, 1979, p. 47).

Ao analisar os processos sociais e a regionalização, Coraggio inicia com a divisão social do trabalho e o papel que nela desempenham as determinações naturais, para chegar à noção de divisão territorial do trabalho.

A divisão social do trabalho divide a sociedade em ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção (Braverman, 1977), e constitui-se numa característica da grande maioria das sociedades conhecidas. A origem da divisão social do trabalho está, segundo Marx (1970), na propensão a trocar: é a possibilidade de obter diversos produtos através da troca que leva o homem a se organizar socialmente de forma a dividir as tarefas e, com isto, aprimorar suas aptidões na feitura de um produto. Trata-se de uma característica geral da sociedade humana que não deve ser confundida com a divisão manufatureira do trabalho, a qual consiste no parcelamento do processo de feitura do produto em diversas operações executadas por diferentes trabalhadores. Esta forma de divisão do trabalho tornou-se generalizada apenas com o capitalismo.⁴

Nesta etapa do nosso estudo, estamos tratando da divisão do trabalho no sentido mais amplo, como uma característica social geral, o que nos pode conduzir à noção de divisão territorial do trabalho e, por conseguinte, à noção de região.

Seguindo o raciocínio de Coraggio, podemos observar que a divisão social do trabalho não é apenas resultado da relação dos homens entre si, mas também destes com a natureza, uma vez que eles se utilizam do ambiente físico para produzir. É inegável que a divisão social do trabalho contém o elemento natural, de vez que ela faz uso de peculiaridades naturais do território, de características físicas, localização de recursos naturais, etc.⁵ Nesse ponto, Coraggio chama atenção para o fato de que não é a diferenciação natural que **produz** a divisão social do trabalho, uma vez que esta existiria de qualquer maneira, mesmo na presença de uma grande uniformidade de elementos naturais. Dessa forma, o que se pode dizer é que "(...) as determinações naturais específicas in-

⁴ Obviamente, esse assunto comporta tratamento mais aprofundado que não lhe será dispensado aqui. Cabe-nos tão-somente salientar que se trata de dois âmbitos, por assim dizer, da divisão do trabalho e que, embora possam parecer excludentes, se relacionam um com o outro. Essa relação, no capitalismo, apresenta um caráter contraditório: a ausência de uma autoridade organizadora do trabalho social contrasta com a rigidez do processo produtivo no âmbito da fábrica.

⁵ No capitalismo, a divisão social do trabalho faz uso não apenas da diferenciação natural do território, mas também da diferenciação da população em termos de sexo, idade, raça, no sentido da máxima valorização do capital.

duzem a certas formas concretas da divisão social do trabalho (grifo nosso)" (Coraggio, 1979, p. 48).

Em verdade, a noção de que a divisão social do trabalho contém o dado natural já está presente no próprio Marx, especialmente quando examina o surgimento da manufatura. Em suas palavras:

"(...) o fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese (...)" (Marx, 1971, p. 404).

Nessa passagem, Marx expressa, de forma sucinta, a importância dos elementos físico-naturais do condicionamento da organização social. Mais adiante, afirma ele que

"(...) a divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares de produção em áreas determinadas de um país, recebe novo impulso com a atividade manufatureira que explora todas as peculiaridades. No período manufatureiro, a divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial, que figuram entre as condições gerais de existência desse período" (Marx, 1971, p. 405).

Esse excerto, além de reafirmar o fato de que Marx concebia o elemento espacial como parte da dinâmica social global, traz explicitamente a noção de divisão territorial do trabalho, embora bastante sucinta.

No texto de Coraggio, encontra-se melhor especificado o que seria a divisão territorial do trabalho:

"(...) a configuração de subconjuntos produtivos relativamente especializados em áreas compactas diferenciáveis, como parte de um sistema orgânico de produção social; ou, em outros termos, esta regionalização-especialização da produção constitui uma forma espacial própria da produção social. Que esta forma não é predominantemente natural, senão social, fica evidente quando as modalidades concretas que adota se modificam com os sistemas sociais" (Coraggio, 1979, p. 48).

Ou seja, a divisão territorial do trabalho tem um componente histórico intrínseco que o autor torna explícito ao examinar a regionalização, no âmbito do sistema capitalista, em suas particularidades.

O processo de acumulação de capital é, nas palavras de Coraggio,

"(...) objetivamente regionalizado, na medida em que se organiza como trama de processos particulares de acumulação que têm âmbitos territoriais mais ou menos definidos. E o desenvolvimento do processo de acumulação pode ser acompanhado de mudanças nesta regionalização" (Coraggio, 1979, p. 49).

Neste ponto, convém deixar claro que não se trata de identificar a regionalização do capital social com a localização do capital fixo. Deve-se considerar, outrossim, que

"(...) o capital sendo uma relação social e não meramente um objeto físico (maquinária, edifícios, etc.), sua regionalização é, fundamentalmente, a regionalização dos agentes e elementos de produção que se acoplam através desta relação, assim como a regionalização da circulação dos capitais sob diversas formas materiais" (Coraggio, 1979, p. 51).

Analisar a regionalização dos agentes da produção implica analisar também a organização territorial da reprodução da força de trabalho e, mais amplamente, a organização territorial da população, de vez que há setores demográficos que não estão diretamente ligados à produção de valores de uso e outros, ainda, que o fazem, porém, sob outras relações de produção. A visão de Coraggio contempla, como se percebe, outros processos não estritamente capitalistas que constituem condições gerais para a reprodução do capital social. Ademais, aponta ele a necessidade de se considerarem os processos de índole política e ideológica, pois, na medida em que são necessários à reprodução social, cabe também lhes aplicar o conceito de regionalização.

Em resumo, a contribuição de Coraggio apresenta a regionalização como um resultado da divisão territorial do trabalho dentro de um marco conceitual que absorve a realidade social como uma totalidade histórica. A região, portanto, resulta da regionalização dos processos sociais e deve ser analisada a partir da dinâmica da reprodução social. Este é o fundamento metodológico de Coraggio. Numa sociedade em que domina o modo de produção capitalista, o elemento central é a reprodução do capital social, tanto no que se refere às condições controladas pelos capitais individuais, como também no que se refere às condições gerais da produção (onde se incluem a reprodução global da força de trabalho, outras modalidades de produção mercantil – camponesa, artesanal, etc. – e a atuação do Estado no referente à provisão dessas condições gerais).

Sem dúvida, o aporte teórico que Coraggio traz ao estudo do nosso tema é de considerável valia, e isto por diversos motivos. Dentre

eles, pelo esforço metodológico de avançar por uma área em que o materialismo dialético pouco vicejou até agora. Devido a isso, o autor incorre, por vezes, em arriscadas manobras conceituais que nem sempre resultam num esclarecimento satisfatório das questões, mas que expressam traços da coragem necessária ao pesquisador. Por outro lado, e mais especificamente, o fato de o autor considerar em sua conceituação de região a influência de elementos característicos de uma ordem produtiva que não a dominante, numa dada organização social, constitui-se num outro motivo que nos leva a valorizar sobremaneira a contribuição de Coraggio. Isto porque, como será visto mais adiante, esse é um fator muito importante na formação das regiões.

3.3 – Horacio Sormani

A seguir, vamos tratar da contribuição de Horacio Sormani no que ela apresenta de interesse direto para nosso tema, ou seja, o conceito de região. Esse autor se coloca, em termos gerais, dentro dos marcos conceituais em que também se posicionam os autores tratados anteriormente. O texto que usaremos como referência é **Formación Social y Formación Espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos** (Sormani, 1977), cujo propósito geral consiste em

"(...) analisar a articulação dialética entre os modos de produção dentro de uma formação social historicamente dada e a organização do espaço que aqueles (os modos de produção) vão determinando, admitindo que esta determinação não é mecânica" (Sormani, 1977, p. 1).

Essa preocupação geral de Sormani se justifica na medida em que ele busca, como preocupação mais específica, "(...) compreender, entre outras coisas, as conseqüências espaciais do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que geram os chamados *desequilíbrios territoriais*" (Sormani, 1977, p. 1).

Sormani parte do princípio de que a estrutura do espaço não é o simples resultado de uma permanente adaptação do homem a seu meio ambiente, mas a expressão, num dado momento, do "(...) caráter da formação social histórica assentada num determinado território" (Sormani, 1977, p. 4). Essa formação social histórica é que, no seu entender, vai implantar e legitimar uma divisão social territorial do trabalho (conceito que será explicitado adiante), a partir da qual os assentamentos e as regiões cumprirão seus papéis. Entretanto os fatores espaciais e as condições naturais não deixam de exercer sua dose de influência sobre o

funcionamento da organização social. Por exemplo, eles podem atrapalhar ou facilitar o deslocamento de pessoas ou de mercadorias sobre o território, atuando nas condições de intercâmbio. O nível em que se encontra o desenvolvimento das forças produtivas numa dada sociedade vai determinar se um acidente geográfico se constitui num obstáculo, ou se ele pode ser transformado e apropriado de forma socialmente útil.

Para Sormani, é importante o conceito de divisão social do trabalho, porque a partir dele vem o de divisão territorial do trabalho, nos seguintes termos:

"Se a divisão do trabalho dentro da sociedade tende a designar papéis precisos a diversos indivíduos ou grupos dentro do processo produtivo, o mesmo ocorre no plano territorial com as diversas áreas e regiões e, do mesmo modo, a produção material vai se diferenciando espacialmente. Assim, a divisão territorial do trabalho constitui uma forma específica, um momento da divisão do trabalho dentro da sociedade humana em seu conjunto, acarretando não só uma especialização do processo produtivo, mas também uma contradição de interesses e um antagonismo entre os diversos grupos e classes sociais e entre as diferentes áreas e regiões" (Sormani, 1977, p. 5-6).

Dentro dessa concepção, o processo de divisão territorial do trabalho dá origem à formação de regiões, na medida em que

"(...) impõe certos traços que diferenciam umas regiões das outras, tanto pelas condições especiais presentes em sua gênese e na desigualdade de seu desenvolvimento, como pelas modalidades que nelas assume a atividade produtiva caracterizada pelas relações sociais imperantes e pelo nível alcançado pelas forças produtivas" (Sormani, 1977, p. 13).

Esse, ao que parece, se constitui no núcleo explicativo das formações regionais no que tange à identificação de suas origens.

Sormani considera como árdua a tarefa de definir um conceito de região, principalmente tendo em vista que no momento não existe uma teoria geral das regiões. No entanto ele rechaça definitivamente a posição que defende a inviabilidade de um conceito de região. Tal posição é presa de uma grande dose de subjetividade, na medida em que atribui a diferentes realidades diferentes significados, não reconhecendo um núcleo explicativo comum. Sormani observa que, para os economistas burgueses em geral, "(...) o conceito de região é equívoco; tratar-se-ia meramente de uma 'generalização do espírito' (W. Isard) cuja delimitação estaria em função do problema particular a estudar" (Sormani, 1977, p. 15).

A concepção de Sormani procura mostrar que, ao contrário, a região não é uma construção intelectual, arbitrária e formal, mas ela possui uma existência real objetiva, sendo, portanto, passível de ser conceituada.

No sentido, então, de uma conceituação de região, Sormani movimenta-se na busca de um conceito objetivo e integral. Para tanto, não desconsidera totalmente os princípios de homogeneidade (diferenças e semelhanças internas de determinados espaços tendo por base suas características dominantes) e de nodalidade (formação de pólos de desenvolvimento que estabelecem relações com áreas circunvizinhas), admitindo que estes podem também ser elementos constituintes das regiões, como de fato ocorre em muitos casos concretos. A postura de Sormani, entretanto, pretende transcender esse ponto — no qual muitos autores se dão por satisfeitos — na busca de uma "síntese superior".

Ao enfatizar o caráter objetivo da região, Sormani observa que isto implica

"(...) reconhecer seu caráter histórico, mutável, [reconhecer] o fato de que em seu seio vai-se constituindo uma unidade econômica, um todo econômico orgânico que representa uma categoria separada, qualitativamente diferente das outras. Significa reconhecer que existem leis objetivas, relativas a sua origem, formação e desenvolvimento, que podem ser estudadas e definidas cientificamente com maior ou menor precisão e que permitem estabelecer seus limites e, mais ainda, regular o curso futuro de seu desenvolvimento.

"A região é, pois, forma e conteúdo. De uma só vez, um conjunto orgânico de relações sociais e uma porção do espaço construído e utilizado pela sociedade humana que o ocupa. Possui um fator construtivo; o que constitui a base ou estrutura econômica e também uma superestrutura própria, ainda que, por vezes, difícil de perceber (...). Resulta impossível separar o conteúdo social da região de sua forma material evidenciada pelas conseqüências da ocupação humana do território.

"Ao mesmo tempo que totalidade, resulta um elemento composto da estrutura regional integral de uma dada formação social histórica, ou do sistema nacional de regiões" (Sormani, 1977, p. 17).

No dizer de Sormani, a região é, sob um certo aspecto, uma totalidade na qual estão amalgamados os aspectos físico-territoriais. so-

ciais, econômicos e políticos. A nós interessa sublinhar que esse autor, bem como Coraggio, reconhece a importância das relações de ordem política para a compreensão da formação regional, ou mais amplamente, da esfera superestrutural da sociedade, "(...) cristalizada por mecanismos políticos, legais e ideológicos" (Sormani, 1977, p. 17).

Em consequência de sua postura teórica, Sormani ressalta também a necessidade de examinar os conflitos e as contradições que a sociedade apresenta como características de seu desenvolvimento e que estão presentes igualmente nos aspectos territoriais de sua existência de uma forma geral e nas formações regionais em particular.

A despeito da importância que a contribuição de Sormani em seu conjunto apresenta para o nosso trabalho, há um ponto que deve ser ressaltado como fundamental. Trata-se da questão da objetividade da região que esse autor procura demonstrar com clareza, deitando por terra os argumentos que faziam da realidade regional um fenômeno subjetivo que não comportaria um tratamento dentro dos moldes da ciência. Através da contribuição de Sormani, portanto, o nosso tema adquire um caráter definitivamente substantivo, na medida em que fica assegurada a objetividade da realidade em função da qual buscamos um conceito.⁶

3.4 – Alain Lipietz

A contribuição de Alain Lipietz, no que concerne ao tema deste trabalho, encontra-se expressa no livro **Le Capital et son Espace** que trata basicamente do modo de inserção capitalista no espaço. O interesse que esse autor apresenta, a nosso ver, reside no tipo de abordagem que ele efetua, ou seja, ele busca levar às últimas consequências a relação entre o funcionamento da economia e sua expressão espacial. Considerando princípios metodológicos mais amplos, Lipietz coloca-se dentre os que procuram ampliar as áreas de conhecimento através do materialismo dialético.

O espaço, para ele, não é substrato neutro, como um grande tabuleiro onde a mão (bem visível) do capital vem dispor as peças, seguindo caprichos ditados por sua perversa natureza – concepção simplista e linear na qual ainda incorrem diversas abordagens do assunto –, mas, de

⁶ Da função do conceito, sua importância e necessidade, tratamos no capítulo introdutório, no item 1.2.

outra maneira, Lipietz concebe o espaço como um elemento "embutido" na totalidade social. Em suas palavras, o espaço não é outra coisa senão "(...) a reprodução social em sua dimensão mais material" (Lipietz, 1979, p. 9). Isso significa, de um lado, que o espaço não é um elemento "separável" do conjunto social correspondente (tema especialmente tratado no capítulo precedente) e, de outro, que o espaço contém a dimensão contraditória, presente também no processo de reprodução social.

A preocupação fundamental de Lipietz não é, pelo menos explicitamente, buscar um conceito de região, mas seu esforço está voltado para compreender porque o capitalismo produz regiões desigualmente desenvolvidas. Entretanto, ao acompanhar sua exposição, podemos perceber que é possível extrair daí um conceito de região capaz de expressar, com suficiente clareza, a realidade regional capitalista.

Lipietz utiliza a categoria modo de produção como um elemento essencial de sua abordagem. Ele atribui a existência de regiões desigualmente desenvolvidas à articulação dos modos de produção em sua dimensão espacial. O modo de produção não existe em estado puro; ele está expresso nas particularidades de uma formação social concreta, sendo que esta é o resultado de uma articulação entre diferentes modos de produção, sob o domínio de um deles.

Tal articulação, entretanto, não ocorre de forma linear, uma vez que cada modo de produção possui sua própria dinâmica, a qual geralmente é contraditória em relação às demais. A dominação do modo capitalista de produção impõe ao conjunto sua unidade, seu modo de funcionamento que aparece "ex post" como coerente. De outro lado, observe-se que as modalidades de articulação entre os diversos modos de produção devem ser entendidas como um processo no qual o modo dominante domina, dissolve e integra o modo dominado de acordo com as modificações que se sucedem no que respeita às regras de funcionamento da totalidade social.

Esse conjunto complexo de relações sociais possui um espaço correspondente, ou seja, a articulação do modo de produção capitalista (MPC) com os demais apresenta uma espacialidade própria: constitui-se na

"(...) dimensão espacial da forma de existência material que rege a relação considerada. Consiste numa correspondência entre 'presença/distanciamento' (no espaço) e 'participação/exclusão' (na estrutura ou na relação considerada), ou seja, a distribuição dos 'lugares' no espaço e a distribuição dos 'lugares' na relação. Por exemplo, a 'separação do produtor direto de seus meios de produção' tem uma dimensão espacial evidente, materializada, de um lado, pelos cercamentos e, de outro, pela parede das fá-

bricas. Outro exemplo: a 'relação trabalhador-patrão na fábrica' tem uma dimensão espacial que rege a coreografia do trabalho (...)" (Lipietz, 1979, p. 26).

Quanto à delimitação estritamente física desse conjunto articulado — ou melhor dito, em articulação —, observa-se que as dificuldades ainda são grandes. O próprio Lipietz pergunta-se: qual é o campo desse complexo? Uma região? Uma nação? Um conjunto de nações? Considerando o espaço sob o ponto de vista político, verifica-se que não há uma correspondência perfeita entre o conjunto das relações sociais (e portanto a rede de influências políticas, o jogo de poder, etc.) e a área física de uma jurisdição político-administrativa. A articulação do MPC com os demais pode muitas vezes transcender os limites geográficos de um estado-nação, assim como também pode ater-se a uma área menor no interior do mesmo. A esse respeito, considerando o espaço político em caráter predominante, Lipietz distingue três níveis de articulação política:

- a) formação social nacional — o modo de produção dominante firma-se numa aliança de classes, cujo poder político lhe possibilita a utilização do aparelho de estado, assegurando sua hegemonia sobre a formação social em seu conjunto;
- b) armação regional (ou bloco hegemônico regional) — a articulação das relações sociais, num subespaço nacional, é capaz de resolver as contradições secundárias entre as classes dominantes locais, embora não disponha do aparelho de estado completo;⁷

⁷ A respeito do conceito de bloco hegemônico regional, constitui-se leitura indispensável o texto de Gramsci (1977). Embora inacabado, esse texto aborda exemplarmente o comportamento político das classes a nível regional e suas relações, ao mesmo tempo contraditórias e complementares, com a sociedade nacional. O cenário histórico que dá origem a esse texto de 1926 é uma Itália dividida entre o Sul, agrário e atrasado, e o Norte, progressista e industrial. Gramsci mostra como essa divisão, fundamentada em formas diferentes de organização econômica, condiciona a formação política das massas e configura as relações de classes e frações. A proposta política básica que dá sentido ao texto é a de engajar o campesinato meridional italiano na luta nacional contra o Estado burguês, conduzida pelo proletariado industrial setentrional. Portanto, ao mesmo tempo em que mostra as especificidades regionais (a nível político, social, econômico e cultural), Gramsci avança em sua análise apontando uma situação em que as características regionais se dissolvem quando entra em cena um requisito de ordem política que trata da eliminação das condições gerais de opressão. Em outras palavras, a proposta não é homogeneizar a região meridional através da expansão capitalista ("levar o desenvolvimento ao campo"), mas, ao contrário, saber captar as características regionais e utilizá-las no sentido político mais amplo: da transformação do Estado burguês. Assim, não é proposta a eliminação pura e simples da região, mas a mudança na sua condição de subordinação em relação ao Norte industrializado capitalista.

- c) bloco multinacional — trata-se de um conjunto de estados nacionais, dentre os quais há um dominante que se constitui num centro imperialista.

A despeito do fato de ter apontado essas três dimensões possíveis do espaço político, Lipietz parece considerar a primeira delas com mais frequência no decorrer de todo o seu trabalho. Não apenas porque suas observações se baseiam em estudos que realizou sobre o caso da França, mas é possível que isto também se deva ao fato de ter ele reconhecido as fronteiras do Estado nacional como a dimensão mais adequada para o exame da articulação de modos de produção. De nossa parte, compartilhamos com o autor desse reconhecimento.

Em verdade, muito embora a questão do Estado nacional como determinante do limite físico da formação social faça parte de um debate mais amplo ainda não esgotado, é de nosso entender que, dentro dos propósitos deste estudo, as fronteiras nacionais podem (e devem) ser tomadas como a dimensão mais adequada para se trabalhar com a articulação de modos de produção. Isto porque a formação social que dessa articulação decorre abriga uma totalidade econômica, cuja expressão física — digamos assim — encontra seus limites nas fronteiras do Estado nacional.⁸ A esse argumento básico, junte-se outro, em caráter subjacente: a nacionalidade expressa também uma certa unidade de práticas sociais, costumes, linguagem, etc. que vai atribuindo, ao longo da história, significação específica ao território. Então, pode-se dizer que esse conjunto de fatores proporciona uma unidade interna à formação social, unidade esta cimentada essencialmente no Estado, através de suas instituições e de seu comportamento no sentido de arbitrar os conflitos sociais imanentes às formações sociais capitalistas. Portanto, fica para nós perfeitamente claro que o âmbito da nacionalidade determina os limites geográficos, no interior dos quais cumpre examinar a formação de regiões.

Isso posto, passamos agora a examinar o conceito de modo de produção que constitui a categoria básica com a qual Lipietz arma seu raciocínio.

⁸ A esse respeito, consideramos plenamente convincentes os argumentos apresentados por Targa (1982) em seu trabalho *Ensaio Sobre a Totalidade Econômica*, especialmente aqueles discutidos no último capítulo, intitulado *Estado nacional e totalidade econômica*.

A categoria modo de produção é a categoria central de todas as formações sociais.⁹ Central no sentido de que não é possível proceder à análise de uma sociedade qualquer prescindindo da determinação das características do modo de produção que ali se reproduz. Por modo de produção entendemos, basicamente, o processo pelo qual a sociedade humana se organiza para assegurar sua sobrevivência material. O caráter econômico desse processo fica nítido quando retomamos esta célebre passagem de Marx:

"(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual" (Marx, 1974, p. 135).

Embora curta, essa passagem sintetiza vários aspectos importantes do pensamento de Marx e tem se prestado para as mais variadas interpretações, dentre as quais as de ordem estruturalista – althusseriana que se apegam à dicotomia base econômica/superestrutura. Para nós, entretanto, interessa retirar daí a noção de "modo de produção da vida material", o qual consiste em relações sociais de produção correspondentes a forças produtivas materiais numa determinada época. Quando se refere à "(...) totalidade dessas relações de produção [que] forma a estrutura econômica da sociedade", é de nosso entender que Marx compreende o modo de produção como um processo centralizado na produção da vi-

⁹ Não é nossa intenção entrar na clássica discussão sobre a pertinência ou não do conceito de formação social frente à categoria modo de produção. A nosso ver, a diferença não está em ser um conceito "empírico" e outro "abstrato", ou em ser a formação social mais histórica do que o modo de produção. Um conceito cientificamente elaborado tem que se referir a um aspecto da realidade (isto é, não se originar da mente humana) e tem, também, que apresentar um certo grau de abstração. Portanto, as aparentes dicotomias apresentadas no desenrolar do referido debate carecem de significado. Em relação a isso, parecem-nos definitivas as afirmações de Giannotti quando alerta que a separação entre modo de produção como "uma construção do entendimento" e formação social como "uma realidade que só pode ser capturada pelo emprego de vários conceitos" na verdade abre um abismo entre a construção teórica e o real, abismo este que a própria categoria marxista modo de produção busca superar. Ver Giannotti (1985).

da material, mas que isto não significa que considere apenas a produção de bens propriamente dita, em caráter restrito. A nosso ver, juntamente com Gorender,

"(...) o modo de produção constitui uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases distintas e, ao mesmo tempo, interpenetradas no fluir de um processo único" (Gorender, 1978, p. 23).

Fica, então, esclarecido que o núcleo do conceito de modo de produção é econômico,¹⁰ muito embora saibamos que a sobrevivência de determinadas relações de produção está condicionada por instituições político-jurídicas que lhe dão sustentação social.

"O modo de produção não existe empiricamente como objeto puro, isolado da vida social em sua totalidade. As relações econômicas, na vida social concreta, se apresentam permeadas de relações jurídicas, políticas, religiosas e outras de natureza ideológica" (Gorender, 1980, p. 50).

Estamos enfatizando o caráter essencialmente econômico do modo de produção com vistas a diferenciá-lo do conceito de formação social. Esta, por sua vez, não se restringe a ser uma combinação de diversos modos de produção, embora seja essa uma característica essencial. A formação social é o resultado concreto da articulação dos modos de produção com as superestruturas correspondentes, ou seja, é um conceito mais abrangente e, por isso, expressa a realidade num grau de complexidade maior.

No sentido de aumentar a precisão do conceito de modo de produção, seria interessante examinar a obra de Marx **Formações Econômicas Pré-capitalistas**, onde é feita uma análise sistemática dos diversos modos de produção historicamente identificados. Dentro do escopo do nosso trabalho, entretanto, tal "démarche" não se mostra necessária, uma vez que o conceito de modo de produção, como foi apresentado aqui, é suficiente para prosseguirmos no exame do nosso tema. Ademais, no dizer de Giannotti (1985, p. 47), "(...) não importa tanto o que 'modo de produção' possa designar, mas como o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social". Ou seja, a tarefa essencial consiste em examinar as formas de manifestação de um modo de produção, como ele se re-

¹⁰ "Marx nunca deixou dúvida acerca da identificação do modo de produção como base econômica ou estrutura da formação social, claramente distinta da superestrutura (político-jurídica e ideológica)" (Gorender, 1980, p. 49).

produz, qual o modo de articulação dele com outros. Atermo-nos a conceituá-lo não nos levará a saber como ele se objetiva, mas, pelo contrário, é provável que o conceito se dê a conhecer mais limpidamente através do jogo de múltiplas determinações que constitui o modo de produção concreto.

Assim, por exemplo, Giannotti examina o modo de produção capitalista que, no decorrer de seu desenvolvimento, incorpora modos anteriores de produção.

"Nada nos impede de denominar tais formas de 'modo de produção subsidiário ou cliente', desde que não se perca de vista que não importa o objeto designado, mas a maneira pela qual ele ganha autonomia nos poros do processo capitalista. Como o capital demarca os bastidores, estipula as condições de existência de uma forma de socialização do trabalho, como se gera e perdura tal forma é a única questão importante. (...) O 'modo de produção capitalista' é um nome que designa o processo de objetivação e individualização de uma entidade muito real, o capital. Pouco importa que essa entidade também se constitua de representações, que a ilusão faça parte do mistério de seu ser. Universal concreto, o capital é uma síntese de determinações. A nós cabe estudar como esse movimento de síntese se perfaz por meio de um círculo de círculos, que instaura e ao mesmo tempo destrói formas não-capitalistas de produção" (Giannotti, 1985, p. 51-2).

O alerta de Giannotti para que não se caia no círculo fechado da conceituação por si mesma nos faz prosseguir no exame do pensamento de Alain Lipietz, o qual, por sua vez, analisa o modo de produção capitalista em relação a outros modos coexistentes.

Primeiramente, Lipietz reconhece a importância que apresenta a pequena produção mercantil agrícola para a expansão capitalista quando comparada a traços do modo de produção feudal eventualmente sobreviventes. Por outro lado, a produção doméstica — que não chega a ser propriamente um modo de produção, mas uma forma econômica produtora de valores de uso — funciona como reserva de mão-de-obra, tanto para o capitalismo como para a pequena produção agrícola. Espacialmente, a forma de produção doméstica compreende o local de habitação e a rede das suas relações com outros lugares relacionados às funções reprodutivas da força de trabalho.

É, pois, em relação à pequena produção mercantil agrícola que Lipietz analisa a expansão do espaço capitalista na França. Esse modo de

produção se caracteriza por ser o trabalhador direto o proprietário dos meios de produção (inclusive a terra) e pelo fato de que a lógica da produção visa à reprodução simples da unidade produtiva.

"A forma de existência espacial desse modo é a superposição de um espaço econômico e de um espaço jurídico parcelário, compostos por uma justaposição de unidades de exploração familiares organizadas em torno das aldeias-mercado" (Lipietz, 1979, p. 42).

Lipietz toma como "pano de fundo" o processo generalizado que articula o MPC com os demais, nos moldes como foi formulado por Pierre-Philippe Rey (1976, p. 97 e seg.). Numa primeira etapa, o capitalismo precisa romper com a autonomia de subsistência e com o circuito fechado do artesanato e da agricultura do modo pré-capitalista. Posteriormente, o MPC passa a executar a troca mercantil com os ramos da divisão do trabalho que não domina (esta etapa Lipietz denomina de "articulação externa", na qual o vetor da relação é a troca desigual de mercadorias, dando origem a um estado de dominação). Finalmente, chega um ponto em que os produtos provenientes dos outros modos se tornam, para o MPC, mais caros do que se fossem produzidos nos moldes da sua própria racionalidade. Assim sendo, ele passa a expandir suas relações de produção para os demais ramos (esta terceira etapa é chamada por Lipietz de "integração", cujo vetor é o capital-dinheiro que possibilita maior mobilidade entre um ramo e outro).

Essa seria, em traços gerais, a essência do movimento que o MPC executa no sentido de ampliar sua área de abrangência e, com isto, consolidar sua hegemonia como modo de produção dominante. Aos modos dominados, ficam reservadas duas funções básicas nesse processo: prover o MPC de uma reserva de mão-de-obra e constituir-se em mercado para seus produtos, bem como campo de inversões para seu desenvolvimento.

Isso, entretanto, não ocorre de uma só vez, nem se dá em todas as etapas do processo de articulação entre os modos. A respeito da mão-de-obra, por exemplo, observa-se que ela irá constituir-se propriamente em reserva para o capitalismo somente a partir da terceira etapa ("integração"), quando o outrora produtor mercantil se vê desprovido dos meios de produção. Na etapa da "articulação externa", em que o pequeno produtor mercantil leva seus produtos ao mercado capitalista, permanece uma diferença entre este e o proletariado propriamente dito.

Na medida em que avança a articulação entre a pequena produção mercantil e o MPC, efetiva-se o processo de polarização entre "burguesia rural" e "proletariado rural", uma vez que o modo dominado não se comporta, o tempo todo, como um bloco, mas, ao contrário, ele sofre "fis-

suras" decorrentes do próprio processo de articulação. O surgimento de uma "burguesia rural" está relacionado às diferenças nas condições específicas de produção entre uma unidade e outra, que resultam em diferentes níveis de produtividade frente a um preço mínimo de mercado. Com isso, alguns produtores têm condições de ampliar sua unidade produtiva, aumentar sua margem de lucro, contratar mão-de-obra; em resumo: passam a comportar-se capitalisticamente. Em contrapartida, outros produtores que não logram aumentar sua produtividade começam a perder terreno para os demais, o que os leva ao único caminho do assalariamento. Vemos, portanto, juntamente com Lipietz, que o MPC não domina e explora todo o campesinato da mesma maneira, mas o faz de forma discriminada desde a origem. Seu interesse, antes de tudo, é alimentar a desigualdade de modo a tornar a chamada "burguesia rural" sua aliada na formação do bloco hegemônico local, seu ponto de apoio. No dizer de Lipietz: "(...) nunca há uma pura 'dominação externa' do capital. O capital sempre encontra seu cavalo de Tróia num ramo, num modo de produção, numa zona que domina" (Lipietz, 1979, p. 58). Lipietz observou, em seu estudo sobre a França, que o "cavalo de Tróia" pode também ser uma "burguesia rural" resultante da decomposição da forma produtiva anterior, ou mesmo uma espécie de "recuperação" de uma antiga "burguesia rural" (Lipietz, 1979, p. 59).

Em seu trabalho, Lipietz considera a articulação dos modos de produção sob dois ângulos diferentes: articulação **horizontal** (entre países) e articulação **vertical** (entre ramos).

A articulação **horizontal** dos modos de produção é vista como o processo que o MPC põe em curso ao buscar sua hegemonia internacional. Assim, o autor passa a analisar a formação do sistema econômico a nível mundial sob a égide das idéias básicas de Samir Amin e Christian Palloix sobre o assunto:

"(...) as relações internacionais traduzem a penetração do modo de produção capitalista dominante (nas metrópoles ocidentais e no Japão) nos países em que dominam modos de produção pré-capitalistas ou paleocapitalistas, e essa penetração se traduz numa relação de dominação do primeiro grupo de países sobre o outro. Portanto, não há subdesenvolvimento, mas sim desenvolvimento desigual, assimétrico, entre ambos os grupos" (Lipietz, 1979, p. 71).

Lipietz prossegue seu raciocínio por meio da apresentação das três etapas da constituição do sistema mundial apontadas por Palloix.

A primeira delas é a fase mercantilista, na qual o comércio externo de mercadorias desempenha um papel importante, pois permite que a

nascente manufatura se desenvolva com mais rapidez. Nessa fase, inicia-se a dissolução das formações pré-capitalistas, principalmente do artesanato. Num segundo momento, temos a etapa competitiva, em que as formações sociais começam a se articular externamente.

"A partir deste momento, existe uma diferenciação entre formações sociais, e o modo de produção capitalista já é mais ou menos 'avançado', quer dizer, a produtividade do trabalho e a composição orgânica do capital já são diferentes em função do grau de integração dos distintos ramos ao modo de produção capitalista" (Lipietz, 1979, p.74).

Cada sociedade se especializa em produzir as mercadorias através das quais ela obtém maior vantagem relativa. Com isso, o intercâmbio internacional de mercadorias realiza-se numa transferência de valor do país cuja composição orgânica do capital é baixa para o país com composição orgânica mais alta. Esse processo, segundo Lipietz, divide o mundo em duas zonas: o **centro**, onde se encontram as formas desenvolvidas do capitalismo, e a **periferia**, na qual estão as formas pré-capitalistas. A terceira fase de constituição do sistema mundial é a chamada etapa monopolista internacional. Nesta fase, o capital do **centro** passa a dispor de todos os meios para transferir sua localização, passando a integrar diretamente as formações sociais dominadas no processo geral de acumulação. "Origina-se, então, uma nova divisão internacional do trabalho, base de expansão e ao mesmo tempo efeito do funcionamento das novas relações de produção internacionais (...)" (Lipietz, 1979, p. 77).

Sob essa ótica, o sistema econômico mundial é, pois, constituído com base no processo de articulação de modos de produção. A dimensão espacial desse sistema, diz Lipietz (1979, p. 83), é a divisão do mundo entre **centro** imperialista e **periferia** dominada. A concepção de Samir Amin a respeito do sistema capitalista internacional traduz, também, uma interpretação semelhante ao apresentar os modelos de desenvolvimento. O **centro** do sistema mundial é caracterizado pela "acumulação autocentrada", enquanto a **periferia** apresenta um modelo de "extroversão". No primeiro modelo, a produção e a reprodução do valor são comandadas endogenamente pela lógica da reprodução ampliada do MPC, ou seja, de acordo com os interesses do capital local e as necessidades de manutenção das relações sociais locais. Já o modelo "extrovertido" não pode ser pensado sem relação com o **centro**, uma vez que a sua base é um setor exportador que produz matérias-primas e, mais recentemente, manufaturas de montagem simples; caracteriza-se também por uma dependência tecnológica em relação ao **centro**.

Lipietz faz uso dessas concepções sobre as relações econômicas internacionais para mostrar o caráter de dominação que nelas se encontra

e, a partir disso, qualificar nos mesmos moldes as relações inter-regionais (pois é freqüente sua alusão ao comportamento semelhante de nações e regiões). O seguinte texto do autor expressa mais precisamente essa idéia:

"[trata-se de] (...) uma economia capitalista mundial em fase de integração, em que o desenvolvimento desigual das regiões mundiais (definidas como zonas homogêneas de articulação dos modos de produção e de dominação real do capital, segundo o capítulo anterior) permite ao capital monopolista redefinir a distribuição do capital e o processo de trabalho internacional, apreendendo essas próprias diferenças como funcionais para a divisão do trabalho dentro de um processo único de valorização do capital, processo que por outra parte reproduz as desigualdades de desenvolvimento entre regiões autocentradas e extrovertidas" (Lipietz, 1979, p. 110).

A partir disso, entende-se que Lipietz está considerando região como um conjunto de países, embora não deixe de ficar implicitamente dada a possibilidade de aplicar suas considerações a uma realidade intranacional.

O segundo ângulo sob o qual Lipietz considera a relação dos modos de produção é o da articulação **vertical**, ou seja, entre ramos. Ao adotar uma problemática de ramo, o autor entende que se trata de

"(...) levar em conta o estado da divisão do trabalho entre ramos, as formas necessárias de articulação de ramos (que freqüentemente adotam uma forma de externalidade), a divisão do trabalho dentro do ramo (centros de pesquisa, centros de fabricação, centros de montagem), as condições da articulação das diversas fases de elaboração dentro do processo de trabalho (estado do sistema de transportes e telecomunicações) e as condições pelas quais o capital financeiro (e de engenharia) pode dirigir o processo de valorização (controle da mais-valia) na cadeia freqüentemente formal da circulação simples das mercadorias e das patentes. Vemos, assim, que uma produção aparentemente autônoma pode estar integrada a um processo de acumulação que a domina (pelo jogo dos retornos, dos contratos de subtratamento, etc.)" (Lipietz, 1979, p. 110).

É, pois, sob a ótica da articulação entre ramos que Lipietz introduz a noção de "circuito de ramo" que significa a especialização sincrônica dos diversos tipos de trabalhos, os quais concorrem nos processos de produção que se entrecruzam no ramo (Lipietz, 1979, p. 111). Se-

gundo ele, através da noção de "circuito de ramo", torna-se possível examinar as relações inter-regionais em países com grandes desigualdades internas, mas que se constituem num mercado unificado para a produção industrial. Nesse sentido, assume um significado importante o estudo da inter-regionalidade, uma vez que é através dela que se poderá examinar a formação de regiões. Lipietz define a inter-regionalidade em termos estritamente econômicos: "(...) as relações que se estabelecem entre regiões desigualmente desenvolvidas no interior de uma zona de integração articulada em circuitos de ramos a serviço de um mercado único" (Lipietz, 1979, p. 112). A nosso ver, pois, o "circuito de ramo", fundamentado na noção de inter-regionalidade, apresenta-se como uma divisão inter-regional do trabalho dentro de um mesmo ramo. Para o autor, o "circuito de ramo" apóia-se em três tipos de regiões, cujas características serão aqui apresentadas esquematicamente:

- tipo 1 - forte ambiente tecnológico;
 - laços estreitos entre os centros de negócios, centros de engenharia e os estabelecimentos de investigação e ensino tecnológico e científico;
 - valor elevado da força de trabalho;
 - grande fração de mão-de-obra qualificada;
- tipo 2 - densidade relativa de mão-de-obra qualificada;
 - estrutura produtiva correspondente à fase da grande indústria, no mínimo;
 - valor médio da força de trabalho;
- tipo 3 - reservas de mão-de-obra não qualificada;
 - baixo valor de reprodução da força de trabalho;
 - estrutura industrial obsoleta (corresponde a uma fase anterior da divisão do trabalho).

O "circuito de ramo" atua estabelecendo vinculação entre esses três tipos de região, no bojo de um processo único que faz uso das peculiaridades regionais em função de uma lógica geral (acumulação de capital). O centro de controle do conjunto é a região do tipo 1 que centraliza o processo real de valorização do capital e o centro tecnológico do processo de trabalho. Lipietz observa que tal centralização, quando ultrapassa certo nível, tende a ter sua eficiência diminuída, ocasião em que pode se tornar interessante transferir a direção tecnológica do circuito e uma relativa autonomia financeira a metrópoles regionais. As regiões do tipo 2, por sua vez, são intermediárias e correspondem, em geral, a uma divisão inter-regional do trabalho anterior e que, por razões de ordem diversa, não puderam ou não souberam transformar-se, estendo estritas a ocupar-se de uma produção qualificada. Quanto às regiões do terceiro tipo, qualifica-se por serem as menos desenvolvidas.

certos produtos. Essas são as regiões mais tipicamente periféricas e se encontram em acelerada dissolução de sua pequena produção agrícola.

Observa o autor que a intensidade da articulação entre as regiões, sob a égide do "circuito de ramo", depende em larga escala da capacidade do capital para se inter-regionalizar (embora se considere também o estado do sistema de transportes e telecomunicações). Em suas próprias palavras: "A inter-regionalização supõe a articulação do capital industrial ao capital financeiro, a autonomia da função de engenharia, etc." (Lipietz, 1979, p. 114). De outra parte, esse não é um processo linear e harmônica, como pode parecer, mas ele supõe, também, a existência de conflitos, seja entre o capital e a propriedade territorial, seja entre os capitais pequeno e médio (incluindo o grande capital familiar-regional).

É importante ressaltar que a ótica do "circuito de ramo" prioriza a esfera da produção, isto é, a análise baseia-se nas etapas do processo produtivo (divisão social do trabalho), porque este é o ângulo que pode mostrar as alterações nas relações de produção, esclarecendo as etapas de consolidação do capitalismo sobre formas produtivas anteriores.

Na abordagem de Alain Lipietz, há que se reconhecer o esforço constante do autor em se manter dentro dos princípios metodológicos do materialismo dialético, o que confere à sua análise grande dose de coerência e substância. Naturalmente, não nos cabia fazer aqui uma exposição completa dos conteúdos de seu referido livro, porém, ao pinçarmos aquilo que mais diretamente tem a ver com o conceito de região, observamos que ele é o autor — dentre os que tivemos acesso — que mais avança e aprofunda o exame do assunto.

Resumidamente, podemos dizer que em Lipietz a região aparece como **produto** das relações inter-regionais. Isso quer dizer que a região não existe como um ser preexistente e autodefinido. A região vai ser caracterizada na medida em que o forem as relações inter-regionais, que, por sua vez, são uma dimensão das relações sociais. Portanto, a formação de regiões é um processo integrado ao movimento do capital no sentido de sua valorização. Dito de outra forma, o modo de produção capitalista, dentro da sua lógica peculiar, distribui os diversos ramos da divisão do trabalho entre várias regiões, em função de condições concretas favoráveis, o que inclui as formas econômicas remanescentes de modos de produção anteriores.



Neste capítulo, buscamos compreender as abordagens de Rofman, Coraggio, Sormani e Lipietz com o objetivo de reunir elementos para um conceito de região.

Como ficou claro, os quatro autores apresentam um ponto em comum,

que é a perspectiva metodológica baseada nos princípios do materialismo dialético. Considerando que as tentativas de elaborar um conceito de região sob esse prisma são relativamente escassas e ainda recentes, trata-se de um fato aceitável a permanência de questões em aberto e alguns pontos insuficientemente esclarecidos. A despeito disso, entretanto, cabe resgatar os elementos que contribuem efetivamente para a compreensão do fenômeno regional.

A "região integral" de Rofman representa um passo à frente na concepção da região, uma vez que é um conceito mais abrangente, procurando abarcar diversos aspectos da realidade social em sua expressão físico-territorial. Rofman procura abordar a região como um conjunto de elementos, onde interatuam fenômenos de ordem econômica, política, social, cultural, etc., dando origem ao que denominou "formação social regional".

Para Coraggio, a região é o "locus" onde se assenta um "complexo social-natural", ou seja, agentes sociais relacionados entre si e com a natureza. As leis que regulam os processos sociais é que podem esclarecer a lógica das determinações espaciais. O exame da divisão social do trabalho leva Coraggio à divisão territorial do trabalho e, com isto, ao processo de regionalização.

Esse procedimento é também adotado por Sormani que, como vimos, explicita a noção de divisão territorial do trabalho como origem das formações das regiões. Também nesse autor está presente a noção de "região integral", onde o conteúdo social da região é inseparável de sua forma material.

A contribuição de Alain Lipietz é a mais significativa dentre todas as estudadas aqui. A amplitude e a profundidade de sua análise, ao mesmo tempo em que enriquecem nosso estudo através do esclarecimento de diversos pontos até então obscuros, abrem um amplo leque de possibilidades analíticas tão-somente alinhavadas pelo autor. A utilização da categoria modo de produção, sem dúvida, é o ponto básico. A explicação da origem das regiões numa determinada formação social, centrada na articulação do modo de produção dominante com os demais, resulta plenamente satisfatória assim como está colocada. Já a questão do "circuito de ramo" parece-nos menos transparente, na medida em que não fica bem esclarecida a forma pela qual o "circuito de ramo" imprimiria determinados traços sobre o território, de modo a conformar regiões diversas. O trabalho de Lipietz certamente comporta ainda muitos desdobramentos a serem efetuados.

De uma forma geral, pode-se dizer que todas as formulações a respeito do conceito de região aqui expressas contêm as noções de relação, contradição e processo. Um conceito de região que fuja dessas três noções básicas certamente estará também fugindo da própria realidade que, é suposto, visa expressar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe agora tecer alguns comentários acerca do assunto ao qual nos dedicamos a estudar, com o objetivo de marcar a conclusão do trabalho. Tais considerações terão, portanto, um caráter conclusivo, porém não definitivo, não somente devido às limitações com as quais nos deparamos em diversos momentos, mas também, e principalmente, devido ao próprio caráter da produção científica, cujo processo de avanço encerra constantes superações.

Primeiramente, compete-nos salientar que o conceito de região não é um **conceito unívoco**, uma vez que ele não comporta uma única forma de interpretação e não se aplica a sujeitos diversos de maneira totalmente idêntica. O conceito de região que julgamos ser o mais correto não é aquele que **descreve** exaustivamente uma realidade à sua frente disposta: límpida, fixa e transparente. Mas, ao contrário, é um conceito que expressa um movimento em direção a uma realidade (que não é fixa nem transparente) no sentido de desvendá-la, explicá-la; penetrar, portanto, no âmago de seu ser em movimento.

A nossa preocupação, o tempo todo, foi averiguar em que medida e sob que princípios uma realidade — a região — é passível de ser conceituada no sentido de **desvendar**, e não apenas de descrever. Partindo-se do princípio da diversidade do real, compreende-se porque o conceito de região não pode ser um conceito unívoco. É de nosso entender que o ponto de vista do materialismo dialético encerra princípios metodológicos que viabilizam a construção de um conceito, digamos assim, "não unívoco". O materialismo dialético faz uso de categorias analíticas originárias da própria realidade, o que lhe assegura condições de proporcionar uma visão mais fiel dessa realidade e com isso ainda propiciar um enriquecimento do próprio conceito, na medida em que, ao fazer o movimento de retorno ao real, aprimora e enriquece aquele conceito.

Do estudo que realizamos sobre algumas abordagens do conceito de região em autores selecionados, no terceiro capítulo, pudemos observar que um conceito de região adequado tem que abarcar as noções de relação, contradição e processo. A noção de **relação** é necessária, porque a região não contém sua explicação em si mesma, mas, ao contrário, é preciso encará-la em seus desdobramentos externos, seja em direção a outras regiões, seja em direção ao conjunto. Portanto, não se trata de

buscar uma homogeneidade de características internas e peculiares a uma região específica, mas sim a peculiaridade de suas relações com o entorno que lhe deu origem e do qual é parte. A região é, pois, definida em relação, quer dizer, essa é a essência do conceito. Como vimos em Lipietz, a estrutura regional é formada através da articulação entre diferentes modos de produção. Essa articulação não se dá sem **contradições** e é um **processo** que se auto-alimenta continuamente, não sendo possível definir "fronteiras regionais" em caráter absolutamente estrito. O constante rearranjo das articulações regionais, a nível interno (relativo às formações sociais regionais, como quer Rofman) e a nível externo (com a formação social nacional), resulta das contradições inerentes à própria realidade que, por isso, não comporta um conceito unívoco.

O conceito de região capaz de captar e dar substância analítica a uma realidade em permanente transição deve, a nosso ver, fazer uso de **categorias básicas** como espaço (conforme concepção exposta no segundo capítulo), modo de produção e divisão do trabalho. Esse é o instrumental teórico fundamental que o pesquisador deve manusear para tentar compreender uma realidade regional. Sob essa ótica, o pesquisador tem condições de perceber a historicidade da região — que é um dado escassamente considerado nas análises correntes —, evidenciando-se, assim, a noção de processo.

Com relação às considerações efetuadas no Capítulo 1, quando enfatizamos a importância de uma adequada conceituação de região para o planejamento, podemos retomá-las agora, salientando que a historicidade da região se revela um elemento essencial. Todavia, tanto os diagnósticos como as proposições constantes na maioria dos planos aos quais temos acesso não absorvem esse aspecto com a devida pertinência. As referências históricas apresentam, em geral, caráter ilustrativo que, no decorrer do trabalho, vão se diluindo para chegar a um final no qual as proposições muitas vezes desconsideram traços históricos fundamentais do processo de formação regional. Ora, nesses moldes, um planejamento não pode se mostrar eficiente. Para que ele surta efeito sobre a realidade, é necessário, antes de mais nada, averiguar a trajetória histórica dessa realidade para perceber em que direção ela se move e só assim poder propor medidas transformadoras. A nosso ver, ao estudo dessa realidade devem comparecer as categorias básicas que já citamos (espaço, modo de produção e divisão do trabalho), não como itens avulsos a serem posteriormente adicionados, mas como linhas mestras inter-relacionadas que sintetizam o movimento da realidade e expressam os dados de sua historicidade.

É de nosso entender que o estudo que levamos a efeito sobre o conceito de região cumpriu o objetivo essencial a que nos propusemos no

início: o de sistematizar os conteúdos tratados por diversos autores. Com efeito, podemos dizer que essa tarefa contribuiu para ampliar em muito nossa compreensão sobre o conceito de região e, principalmente, para demonstrar, ainda que de forma preliminar, que o materialismo dialético tem um arsenal teórico potencialmente adequado para a análise da questão.

Todavia é nosso dever reconhecer que, embora o estudo tenha avançado, deixou pelo caminho muitas lacunas, muitos pontos em que as respostas por nós encontradas não satisfizeram plenamente as perguntas. A abordagem de Alain Lipietz, por exemplo, não chega a desenvolver mais detalhadamente a maneira pela qual o comportamento econômico da sociedade imprime sua marca sobre o território, sendo essa uma das lacunas mais relevantes. A nosso ver, nenhum dos autores tratados consegue dar esse problema por resolvido, embora tenha sido Lipietz que logrou efetuar o maior avanço nesse sentido.

Outro aspecto que deixamos de tratar com a profundidade adequada à sua importância, no âmbito do nosso trabalho, foi a categoria modo de produção. Vimo-nos na contingência de deixar de lado o debate sobre a transição dos modos de produção, a questão de sua "tipificação", etc., uma vez que a complexidade desses assuntos extrapola os limites do presente trabalho, o que não nos impede de reconhecer a importância capital que o assunto encerra dentro do marco teórico com o qual tratamos.

A par disso, pudemos identificar diversas outras lacunas que se apresentaram no decorrer do trabalho e que, juntamente com as já citadas, podem ser consideradas como "pistas" para novos e mais aprofundados estudos. No momento, cumpre apontar uma linha através da qual o estudo do tema poderia encontrar um desdobramento fértil. Trata-se da análise de um caso concreto, ou seja, uma região física e historicamente situada. Em nosso entender, esse seria um passo decisivo para uma compreensão mais aprofundada do conceito de região que aqui abordamos sob o ponto de vista exclusivamente teórico. Apontamos para a necessidade da análise de uma formação social determinada (sob o aspecto regional), levando em consideração os aspectos conceituais tratados aqui, no sentido de buscar não somente o conhecimento de uma realidade, mas também o aprimoramento do próprio conceito de região. É possível que um estudo desse tipo possa contribuir para o preenchimento da primeira lacuna que detectamos, ou seja, averiguar mais detalhadamente a maneira pela qual os traços da espacialidade exprimem as características básicas da totalidade social.

Nesse sentido, aplica-se ao conceito de região o que foi salientado por Giannotti a respeito do conceito de modo de produção (em trabalho citado no capítulo anterior), ou seja: que a tarefa mais impor-

tante no momento seria, em lugar de ater-se unicamente ao nível teórico da questão, transcender essa etapa e proceder ao exame das condições concretas de existência de uma região, averiguar como ela se articula com as demais e com o conjunto, como ela surge, se desenvolve e, eventualmente, desaparece.

BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, Luiz Augusto (1982). **A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas.** São Paulo, IPE/USP. (Estudos Econômicos, 20).
- AGLIETTA, Michel (1976). **Régulation et crises du capitalisme.** L'expérience des États-Unis. Bélgica, Calmann-Lévy.
- AMIN, Samir (1973). **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico.** Rio de Janeiro, Forense.
- ANDRADE, Manuel Correia de (1977). **Espaço, polarização e desenvolvimento.** São Paulo, Grijalbo.
- BARRIOS, Sonia (s.d.). **Sobre la construcción del espacio.** Colombia, Universidad Central de Venezuela/Centro de Estudios del Desarrollo. (mimeo).
- BOUDEVILLE, Jacques (1973). **Os espaços econômicos.** São Paulo, Difel.
- BRAVERMAN, Harry (1977). **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTELLS, Manuel (1978). **La cuestión urbana.** Mexico, Siglo Veintiuno.
- CLAVAL, Paul (1968). **Régions, nations, grands espaces.** Géographie Générale des ensembles territoriaux. Paris, Éditions M. - Th. Genin.
- ___ (1982). **A nova geografia.** Coimbra, Almedina.
- CORAGGIO, José Luis (1972). Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo. **Revista EURE**, Santiago, 2(4).
- ___ (1979). **Sobre la espacialidad social y el concepto de región.** México, El Colegio de México/Centro de Estudios Económicos y Demográficos. (mimeo).
- CORRÊA, Roberto Lobato (1986). **Região e organização espacial.** São Paulo, Ática.
- ENGELS, Friedrich (1961). **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Rio de Janeiro, Vitória. (Obras Escolhidas, 2).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1975). **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

- FERREIRA, Carlos Maurício (1975). **Evolução das teorias clássicas da economia espacial**. Belo Horizonte, CEDEPLAR.
- GIANNOTTI, José Arthur (1985). Notas sobre a categoria "modo de produção" para uso e abuso dos sociólogos. In: __. **Filosofia miúda e demais aventuras**. São Paulo, Brasiliense.
- GORENDER, Jacob (1978). **O escravismo colonial**. São Paulo, Ática.
- __ (1980). O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral, org. **Modos de produção e a realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes.
- GRAMSCI, Antonio (1977). Alguns temas da questão meridional. **Temas de ciências sociais**, /s.1./, Grijalbo, (1):19-45.
- __ (1981). **Concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GRAWITZ, Madeleine (1975). **Métodos y técnicas de las ciencias sociales**. Barcelona, Hispano Europea.
- HARVEY, David (1980). **A justiça social e a cidade**. São Paulo, Hucitec.
- KONDER, Leandro (1981). **O que é dialética**. São Paulo, Brasiliense.
- KOSIK, Karel (1976). **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LASUEN, Y. R. (1975). A respeito de polos de crescimento. In: FAIS-SOL, Speridião, org. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE.
- LA TORRE, Carlos de (1974). Genesis y desarrollo de la teoría de la localización. **Revista Interamericana de Planificación**, México, Sociedad Interamericana de Planificación, 8(28/29):76, dez. 1973/mar. 1974.
- LEFÈBVRE, Henri (1969). **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- __ (1979). **Lógica formal/lógica dialética**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LIPIETZ, Alain (1979). **El capital y su espacio**. México, Siglo Veintiuno.
- MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Debates**, Cortez, 1(2), maio 1985.

- MARX, Karl (1970). Manuscritos econômicos e filosóficos: terceiro manuscrito. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 5.ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- ___ (1971). **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ___ (1974). Prefácio. In: ___. **Crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural. (Os Pensadores).
- MARX, Karl & Engels, Friedrich (1984). **A ideologia alemã**. São Paulo, Moraes.
- MASSEY, Doreen (1981). Regionalismo: alguns problemas atuais. **Espaço & Debates**, São Paulo, Cortez, 1(4):50-83, dez.
- MORAES, Antonio Carlos R. & COSTA, Wanderley M. da (1984). Sociedade e espaço. In: ___. **A valorização do espaço**. São Paulo, Hucitec. cap.6.
- MOREIRA, Ruy (1979). A geografia serve para desvendar máscaras sociais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (16), out.
- ___ (1985). **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA, Francisco de (1978). **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PALACIOS, Juan José (1983). El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales. **Revista Interamericana de Planificación**, México, Sociedad Interamericana de Planificación, 17(66):56-68, jun.
- PERROUX, François (1967). **A economia do século XX**. Lisboa, Herder.
- QUAINI, Massimo (1979). **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- REY, Pierre-Philippe (1976). **Las alianzas de clases**. México, Siglo Veintiuno.
- RICHARDSON, Harry (1975). **Economia regional**. Rio de Janeiro, Zahar.
- ROFMAN, Alejandro (1974). **Desigualdades regionales y concentración económica: el caso argentino**. Buenos Aires, SIAP/Planteos.
- SANTOS, Milton (1979). **Espaço e sociedade**. Rio de Janeiro, Vozes.
- ___ (1980). **Por uma geografia nova**. 2. ed. São Paulo, Hucitec.
- ___, org. (s.d.) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo, Hucitec.

- SCHMIDT, Alfred (1976). **El concepto de naturaleza en Marx**. México, Siglo Veinteuno.
- SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves (s.d.). Crise econômico-social no Brasil e o limite do espaço. In: SANTOS, Milton, org. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo, Hucitec. (Mesa-redonda da SBPC, jul. 1980).
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984). **O regionalismo nordestino**. Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo, Moderna.
- SMOLKA, Martin O. (1983). O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, IPEA, 5(6):705-28, nov./dez.
- SORMANI, Horacio (1977). Formación social y formación espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Centro Americanos**, São José da Costa Rica, /s.ed./, 6(17):14, maio/ago.
- TARGA, Luiz Roberto (1982). Estado nacional e totalidade econômica. In: __. **Ensaio sobre a totalidade econômica**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística. (Teses, 3).